

ATA N.º 4/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 18 DE JUNHO DE 2021

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, no Teatro Miguel Franco e por videoconferência, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram presentes no teatro Miguel Franco, os seguintes deputados:

- Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
- António José de Almeida Sequeira;
- Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
- Cláudia Alexandra Machado Santos da Silva;
- Daniela Alexandra Lopes de Sousa;
- Jorge Manuel Vieira Crespo;
- José da Silva Alves;
- Mário de Sousa Gomes;
- Paulo Alexandre Jesus Clemente;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Vítor Manuel da Silva Santos.

Estiveram presentes por **videoconferência**, os seguintes **deputados**:

- António Ferreira Pereira de Melo;
- Artur Rogério de Jesus Santos;
- Carlos Manuel Carvalheira Barbeiro;
- Eulália Rodrigues Crespo Duarte;
- Fábio Alexandre Seguro Joaquim;
- Faustino Ferreira Coelho Guerra;
- Fernando Paulo Mateus Elias;
- Gastão Manuel de Oliveira Neves;
- Helena Cristina da Fonseca Brites;
- Joana Brito Cartaxo;
- Joana Marisa Pedrosa Vieira Correia;
- Joaquim Carreira Mónico;
- José António Sousa e Silva;
- José Artur das Neves Ferreira;
- José Carlos Matias Filipe;



Município de Leiria Assembleia Municipal

- José Manuel da Cunha;
- Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
- Margarida Maria Castelão de Sousa Dias;
- Mário Rodrigues;
- Micael de Silva e Sousa;
- Paula Luísa Bacharel Santos Gil;
- Paulo Pedrosa Pedro;
- Pedro Manuel Carreira Pedrosa;
- Pedro Ricardo Soares Pimenta;
- Renato José dos Santos Cruz;
- Rosa Maria de Sousa Brilhante Pedrosa;
- Rui Lebreiro;
- Tânia Andreia Cardoso Rodrigues;
- Telma Carreira Curado;

Estiveram presentes no **Teatro Miguel Franco** os seguintes **membros do executivo**:

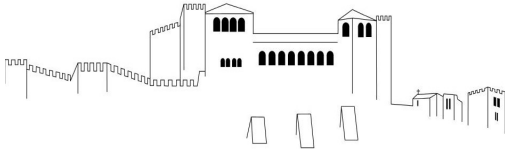
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Anabela Fernandes Graça;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;
- Rita Alves da Costa Azevedo Coutinho;
- Álvaro Madureira;

Estiveram presentes por **videoconferência**, os seguintes **membros do executivo**:

- Ana Catarina de Moura Louro;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Ana Maria Fernandes Esperança;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Ana Silveira;
- Fernando José da Costa.

Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**:

- Carlos António Cordeiro da Conceição, substituído por Amorim José Gaspar Alves;
- Vítor Pereira dos Reis, substituído por Valentim Teodósio Ferreira;
- Laura Maria Santos de Sousa Esperança, substituída por Fábio Micael Costa Bernardino;
- Ana Carla Gomes, substituída por João César Cadima Antunes;
- Teófilo Agostinho Martins Araújo dos Santos, substituído por Ilídio Fernandes;
- João Manuel Faria Fernandes da Cunha, substituído por Fernando Mota Tavares;
- Céline Gaspar (UF Monte Redondo e Carreira), substituída por Lina Maria Duarte António (Secretária);



Município de Leiria Assembleia Municipal

- Ventura Tomaz (Freguesia do Coimbrão), substituído por Joel Ferreira (Tesoureiro);
- Vitor Matos (Freguesia de Regueira de Pontes), substituído por Hélder Pereira (Tesoureiro).

Faltaram os senhores deputados Amorim José Gaspar Alves; José Pereira dos Santos; Rui Manuel Passadouro da Fonseca e Ilídio Fernandes.

A sessão foi presidida pelo senhor António José de Almeida Sequeira, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada por José da Silva Alves, 1.º secretário da Mesa, e Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª secretária da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram **20h10** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2. Prestação de Contas:

2.1. Documentos de Prestação de Contas do Município de Leiria de 2020 - Apreciação, discussão e votação;

2.2. Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao ano de 2020 - Apreciação, discussão e votação;

2.3. Prestação de contas e Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre 2020 do Teatro José Lúcio da Silva - Apreciação, discussão e votação;

2.4. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas - 2020 do Grupo Autárquico do Município de Leiria - Apreciação, discussão e votação;

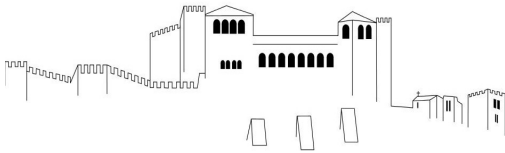
3. Juntas de Freguesia:

3.1. Adenda ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Leiria e Doze Freguesias do Município tendo em vista a instalação e funcionamento de Espaços do Cidadão - Apreciação, discussão e votação;

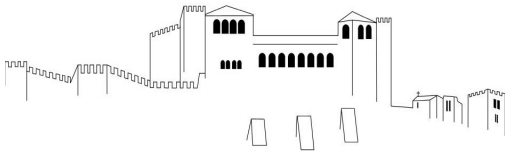
3.2. Retificação ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Leiria e doze freguesias do Município tendo em vista a instalação e funcionamento de Espaços do Cidadão - Apreciação, discussão e votação;

3.3. Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração do Apoio para as despesas correntes - Apreciação, discussão e votação;

3.4. Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração do Apoio para as despesas de capital – Freguesia de Coimbrão - Apreciação, discussão e votação;



- 3.5. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e as Freguesias/Uniões das Freguesias no âmbito da execução de obras diversas - 3.ª Adenda** - Apreciação, discussão e votação;
- 3.6. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e as Freguesias/Uniões das Freguesias para a promoção de desenvolvimento sustentável** - Apreciação, discussão e votação;
- 4. Áreas de Reabilitação Urbana:**
- 4.1. Projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) das Cortes** - Apreciação, discussão e votação;
- 4.2. Projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Barreira** - Apreciação, discussão e votação;
- 4.3. Promover a reabilitação urbana da cidade de Leiria na zona dos Capuchos e Estação através de elaboração de projetos de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)** - Apreciação, discussão e votação;
- 4.4. Promover a reabilitação urbana dos núcleos de interesse histórico e patrimonial de Monte Real e da Maceira através da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)** - Apreciação, discussão e votação;
- 4.5. Projeto de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Arrabalde D'Aquém** - Apreciação, discussão e votação;
- 5. Correção do limite administrativo entre os concelhos de Leiria e Ourém** - Apreciação, discussão e votação;
- 6. Regulamento do Fundo Municipal de Emergência Social – prorrogação da suspensão da aplicação do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento do Fundo Municipal de Emergência Social** - Apreciação, discussão e votação;
- 7. Plano Estratégico Municipal da Cultura para o Concelho de Leiria – 2020-2030** - Apreciação, discussão e votação;
- 8. Entradas gratuitas no Castelo de Leiria de 22 de maio a 31 de julho de 2021** - Apreciação, discussão e votação;
- 9. Vouchers Turísticos de Leiria para 2021** – Apreciação, discussão e votação;
- 10. Minuta da Primeira Modificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Leiria nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas** - Apreciação, discussão e votação;
- 11. Concessão do direito de uso privativo de diversos espaços integrados no domínio público do Município de Leiria, por procedimento de hasta pública - Autorização prévia da Assembleia Municipal da concessão e suas condições**



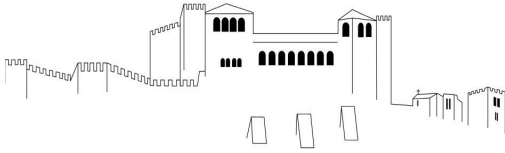
gerais, autorização de abertura do procedimento e aprovação das peças -
Apreciação, discussão e votação;

12.GE/2021/17: Simon Paul Jones - Pedido de reconhecimento de Interesse Público Municipal - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, a todos cumprimentou e deu início à terceira sessão ordinária de 2021.

Referiu ser uma sessão de características híbridas, com uma parte das pessoas em sala e a grande maioria em casa. Comunicou que a última sessão da Assembleia Municipal do atual mandato será no dia 3 de setembro e, à cautela, será realizada no Teatro José Lúcio da Silva porque seria uma tristeza que essa última sessão não fosse toda presencial. Assim, sejam quais forem os condicionalismos e a situação epidemiológica do país mal seja que não se possa efetuar a sessão num teatro daquele tamanho com a presença de todos.

De seguida referiu os senhores deputados que solicitaram a sua substituição na sessão e enumerou os seus substitutos. Fez saber que o deputado Carlos Conceição foi substituído pelo deputado Amorim José Gaspar Alves. Só para que pudessem ter a noção das voltas que estes pedidos dão explicou que o senhor deputado solicitou a sua substituição a 1 de junho tendo sido convocado o deputado Domingos Carvalho, que comunicou a impossibilidade da presença no dia 14. Foi convocada a deputada Branca Matos, que comunicou a impossibilidade da sua presença a 16, foi convocado o deputado Amorim José Gaspar Alves que não confirmou a presença. O deputado Vítor Pereira dos Reis foi substituído por Valentim Teodósio Ferreira que confirmou a presença. A deputada Laura Esperança foi substituída por Fábio Micael Bernardino. Inicialmente foi convocada a deputada Maria Paula Faria que comunicou a impossibilidade da presença e foi convocado o deputado Fábio Bernardino. A deputada Ana Carla Gomes foi substituída por José César Cadima Antunes que também foi convocado e confirmou a sua presença. O deputado Teófilo Santos foi substituído pelo deputado Ilídio Fernandes. Começou por ser convocado o deputado Daniel Marques que comunicou a sua impossibilidade de presença tendo sido convocada a deputada Maria Fernanda Faustino que comunicou a sua impossibilidade de presença tendo sido convocado Ilídio Fernandes que se encontra presente. João Manuel Faria Fernandes da Cunha foi substituído por Fernando Mota Tavares. Referiu que o deputado Rui Manuel Passadouro da Fonseca solicitou a sua substituição não tendo a Assembleia mais contactos para proceder à convocatória de um substituto. No que diz



Município de Leiria Assembleia Municipal

respeito ao grupo municipal do PSD esclareceu não existirem mais contatos disponíveis e uma vez que o líder não está presente não foi fácil de conseguir alguém para vir.

Continuou dizendo que a deputada Céline Gaspar, Presidente da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira foi substituída por Lina Maria Duarte António (Secretária); o deputado Ventura Tomás, Presidente da Freguesia do Coimbrão, foi substituído por João Ferreira (Tesoureiro) e o deputado Vítor Matos, Presidente da Freguesia de Regueira de Pontes, foi substituído por Hélder Pereira (Tesoureiro).

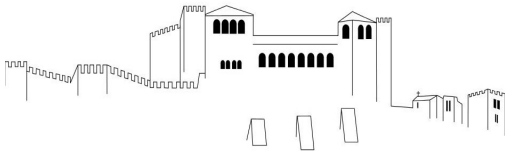
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, fez saber que existia uma ata referente à sessão anterior (que foi disponibilizada a todos para leitura na área reservada da Assembleia Municipal) para aprovação, submetendo à apreciação a ata n.º 2/2021, referente à sessão extraordinária realizada no dia 19 de março de 2021.

A ata foi aprovada **por unanimidade**.

De seguida enumerou as suas representações na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal:

- **6/5/2021** – Conferência “Leiria 2021 – “Economia e Transição Digital” (TMF);
- **13/5/2021** – Inauguração do CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Leiria (Salão Nobre CML);
- **17/5/2021** – Sessão de Reflexão sobre a “Estratégia Nacional para os Efeitos Agropecuários e Agroindustriais 2030 e a Bacia do Lis” (TMF);
- **21/5/2021** – Concerto David Fonseca (AM representada pela Dra. Célia Afra);
- **22/5/2021** – Dia do Município – 10h00 - Sessão solene
19h30 – Jantar de homenagem a empresários do
concelho de Leiria no âmbito da pandemia
covid19
- **29/5/2021** – Reunião Conselho Geral ANAM (Covilhã);
- **02/6/2021** – Assembleia Pequenos Deputados (TJLS);
- **16/06/2021** – Projeto social Redes na Quinta – E8G – “A Política também sou eu” (UF Marrazes e Barosa).

Continuando a sua intervenção o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, fez saber estar disponível na sala uma publicação da responsabilidade do pelouro do desporto que tem a ver com a candidatura de Leiria a Capital Europeia do Desporto. Solicitou que no fim da sessão todos os deputados presentes, efetivos ou não, procedessem ao levantamento do mesmo. Comunicou ainda que os restantes deputados seriam informados em breve sobre a forma de entrega do seu exemplar.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Como tem vindo a ser feito em outras Assembleias Municipais, e de modo a não retirar aos munícipes o seu direito a usar da palavra na sessão, também a Assembleia Municipal de Leiria permitiu a sua inscrição, tendo-se inscrito dois munícipes.

Munícipe Lucília Letra (Coimbrão)

Transcrição:

"Na qualidade de munícipe gostaria de colocar algumas questões e para as quais faço desde já o seu enquadramento.

A escola do Coimbrão tem uma história que já passou os 100 anos e apresenta um traçado arquitetónico diferente pois é construída algumas décadas antes do Plano dos Centenários, um plano do Estado Novo para dotar o país de escolas primárias. A escola do Coimbrão, um projeto da Junta de Freguesia, foi construída num terreno, propriedade da Junta, com verbas oriundas do Orçamento de Estado, verba entregue diretamente à Junta de Freguesia, verbas dos cofres da Junta de Freguesia, da venda de património da Junta de Freguesia, devidamente autorizada pelo Governo Português e por investimento de cidadãos da freguesia do Coimbrão. Neste processo a Câmara, apesar dos pedidos existentes não tem qualquer intervenção. Com esforço a escola foi construída e a partir de 1936 (antes ainda do lançamento do Plano dos Centenários), recebeu os primeiros alunos. Em 2012 com a construção de um centro escolar deixa de funcionar como edifício escolar.

Passado um século após o início da construção desta escola a Câmara Municipal de Leiria coloca em seu nome este edifício que é reconhecido localmente como pertença da Freguesia.

Sou uma entre milhares de alunos que passou por aquela escola, reconheço-a pelo seu historial, como património da freguesia e não da Câmara, pelo que questiono então qual é a mais-valia para a Câmara Municipal de Leiria tomar esta escola, feita com sacrifício pela população do Coimbrão, como sua propriedade e mais ainda, indicando-a como disponível para alienação, num claro prejuízo da população do Coimbrão? Terá sido este o único caminho possível? Qual o papel da Assembleia nesta matéria?

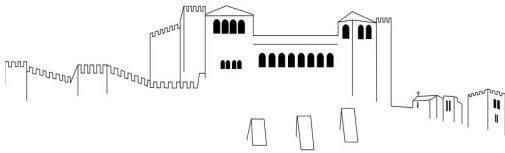
Obrigada."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, esclareceu que o papel da Assembleia é o de transmitir as questões a o senhor Presidente da Câmara.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, passou a ler a segunda intervenção de munícipe inscrito.

Munícipe Mariana Carreira Pedrosa

Transcrição:



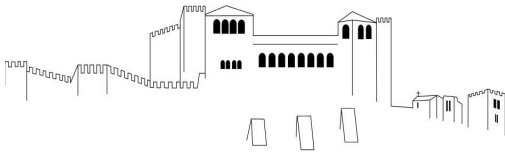
Município de Leiria Assembleia Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria muito boa noite, permita-me que cumprimente todos os presentes nesta Assembleia Municipal na pessoa de V/ Ex.^a.

O meu nome é Mariana Carreira Pedrosa, sou residente na Marinha do Engenho – Bajouca, sou aluna do 12º ano na Escola Básica e Secundária Rainha Santa Isabel, em Carreira e no passado mês de abril fui deputada da minha escola à Assembleia dos Jovens Deputados. Estou aqui em meu nome pessoal, enquanto cidadã leiriense, a apresentar algumas das minhas preocupações, bem como as de outros meus colegas.

Relativamente aos transportes que servem os alunos nas suas deslocações diárias para a escola sede do Agrupamento – Escola Básica e Secundária Rainha Santa Isabel - há algumas situações que considero preocupantes e que carecem da intervenção da Câmara Municipal de Leiria, tais como:

- Na nossa escola tal como em muitas outras, devido ao contexto pandémico em que nos encontramos, teve de adaptar os horários das turmas de modo a que estivessem o menor número de alunos possível dentro das instalações da escola, mas à segunda e quarta-feira tal não foi possível devido ao facto de não existirem horários de transportes escolares à hora de almoço, como há às terças, quintas e sextas-feiras. É fundamental que oferta de transportes escolares seja diária! Nas turmas do ES os alunos, pelo menos um dia por semana, depois das aulas do período da manhã, não tem transporte escolar para regressar a casa – ou regressam por meios particulares mas outros têm de aguardar para depois das 17h30 para regressarem a casa nos autocarros escolares.*
- Na área geográfica do agrupamento, continuam a registar-se carência de abrigos nas paragens de autocarro, sendo que alguns alunos recorrem a varandas de casas particulares ou árvores para se abrigarem em caso de chuva. Há ainda alguns alunos que têm de se deslocar diariamente vários quilómetros até a uma paragem para poderem apanhar o transporte escolar para a nossa escola, mas há oferta de transporte para alunos que se deslocam para um estabelecimento de ensino privado. Os dois autocarros fazem um percurso semelhante, no mesmo horário. A escola em questão fica bastante perto do meu estabelecimento de ensino. Questiono-me se não seria feita uma melhor gestão de recursos se o mesmo autocarro pudesse transportar alunos para os dois estabelecimentos de ensino em vez de um autocarro para cada?*
- Em Portugal, desde 2012, a escolaridade obrigatória é até ao 12º ano/18 anos, tal com refere o Decreto-Lei nº 176/2012. O artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no seu ponto 1, refere que "O plano de transporte escolar visa assegurar a igualdade de oportunidades...", e no ponto 1 do artigo 20.º "A elaboração do plano de transporte escolar baseia-se nos seguintes pressupostos: a) Gratuitidade para os alunos da educação pré -escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a*



Município de Leiria
Assembleia Municipal

mais de 3 km do estabelecimento de ensino que frequentam;”; a alínea a) do artigo 70.º deste decreto-lei revoga o decreto-lei n.º 299/84, de 5 setembro, pelo que os transportes escolares passam a ser regulamentados pelo decreto-lei n.º 21/2019.

No concelho de Leiria, os alunos do Ensino Secundário continuam a pagar 50% do valor do passe, e, no mês de abril último, pagamos 19 dias de passe, quando usufruímos apenas de 10 dias úteis de transporte (o ensino secundário regressou à escola a 19 de abril).

Como disse, a lei dos transportes escolares gratuitos para o Ensino Secundário entrou em vigor no ano de 2019, portanto gostaria ainda de referir que nos concelhos vizinhos - Batalha, Marinha Grande e Pombal - o transporte escolar é gratuito para os alunos do ensino secundário.

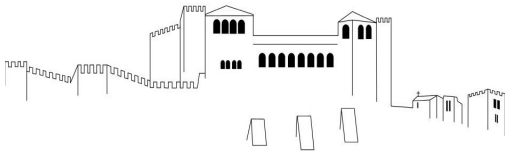
Assim, venho solicitar a intervenção desta assembleia junto da Câmara Municipal de Leiria no sentido de garantir que todos os alunos, independentemente do tipo de estabelecimento que frequentam, possam ter um serviço de transportes escolares seguro, adequado e gratuito, bem como a aplicação do estipulado no decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e que a Câmara Municipal de Leiria cumpra o estipulado no mesmo.

Intervenção do deputado Paulo Pedro – PS

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"Eu vinha intervir relativamente à questão que a Lucília Letra expôs hoje aqui. Permitam-me que comece por fazer um agradecimento a esta cidadã e autarca pelo empenho e rigor que põe no trabalho em prol da freguesia. Este tema é importante e é justo que a Câmara Municipal se debruce sobre ele. Existem diversos documentos que claramente comprovam que a Junta de Freguesia do Coimbrão foi a única entidade responsável pela construção da escola João Leal. Há cerca de 100 anos a Junta de Freguesia começou por ceder o terreno para a escola, depois disponibilizou verbas que obteve com a venda de terrenos, alguns deles que eram baldios existe o o despacho do Ministério da Agricultura que permite essa venda e que diz nesse despacho que tem que ser para a instrução escolar. Consegue ainda uma verba diretamente do Governo para a construção da escola, que foi transferida diretamente para a Junta de Freguesia. Mais tarde também a população construiu aquilo que viria a ser durante muitos anos, se calhar mais de uma década ou mais de 2 décadas, a escola pré-primária do Coimbrão. Nessa altura, a Câmara foi consultada para ajudar na construção, sobretudo uma verba que faltava, uma coisa qualquer assim, está escrito nas atas, e a Câmara negou esse auxílio. Todos estes factos estão documentados e, portanto, não temos dúvidas relativamente a eles, embora eu pense que pelos Decretos-Lei 77/84 e 7/2003, a Câmara Municipal de Leiria não tinha outra hipótese senão legalizar a posse do terreno para seu nome tendo em conta que são



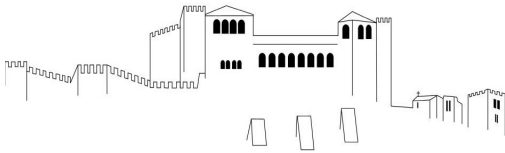
Município de Leiria
Assembleia Municipal

decretos que deixaram às Câmaras Municipais a gestão dos edifícios escolares das pré-primárias e do 1º ciclo. No entanto, mesmo que isso tenha sido feito e que eu não seja contra essa ideia existem diversas opiniões, nomeadamente de juristas que acham que não, que a Câmara não devia sequer ter legalizado em nome da Câmara. Eu acho que hoje, tendo conhecimento de todos estes fatos era importante, era aquilo que pedia aqui ao senhor Presidente da Câmara, era importante que a Câmara se debruçasse e que pudesse analisar qual a melhor forma de passar este edifício, com toda a justiça, para a posse da Junta de Freguesia do Coimbrão, tendo em conta que foi a única interveniente, está escrito e documentado, foi a única interveniente na sua construção.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Cumprimentou todos os presentes.

Relativamente ao assunto referente à escola do Coimbrão esclareceu que a Câmara tem assumido sempre uma postura, recente, de entregar estas escolas às Freguesias através de contratos de comodato, durante os mais diversos períodos, escolas essas que foram entregues à Câmara Municipal através de despacho governamental para poderem utilizá-las para fins públicos, seja para as próprias Juntas, seja para as próprias Juntas depois entregarem a associações para poderem funcionar ali as suas atividades regulares. Esclareceu que a única Junta que não aceitou esse contrato de comodato foi a do Coimbrão porque reconhece que há necessidade de fazer uma transferência definitiva desse património para a Junta. Disse estar totalmente disponível em encontrar essa solução, solução essa que tem de ser legal. Confirmou ter já reunido com a Junta sobre hipóteses para que isso aconteça e manifestou ir fazer todos os esforços para que esta escola que é legítima da freguesia lhes seja entregue. Afirmou que a Câmara não possui qualquer projeto para aquele espaço, ao contrário da Junta de Freguesia que tem essa intenção. Reforçou a ideia de que a Câmara está interessada em ajudar no mesmo e a dar todas as condições para que possa ser uma sede de Junta, que já está projetada, sendo um dos seus grandes desafios encontrar essa solução que tem de ser feita dentro da lei. Uma vez mais referiu existir total disponibilidade para ultrapassar essa limitação algo que naturalmente vai debater e preparar pois esse património foi registado e agora têm de fazer essa transferência e registá-la na conservatória. Disse saber que este é um equipamento muito importante para o serviço de atendimento aos fregueses daquela Freguesia, que é também um equipamento com enorme potencial na área associativa, em especial na área cultural, podendo ser uma âncora e uma alavanca de promoção cultural da Freguesia, motivos pelos quais pretende que sejam parceiros na resolução desta situação que necessita naturalmente do devido enquadramento legal. Esclareceu ainda que o edifício já está a ser utilizado pela Junta desde que se construiu o Centro Escolar do Coimbrão e que não têm qualquer tipo de influência no património, que se encontra



Município de Leiria
Assembleia Municipal

totalmente entregue à Freguesia, nem têm intenção de o usarem para outros fins. Destacou que o Centro Escolar é um equipamento notável o que significa que a escola antiga não voltará a ser usada como tal. Concluiu a sua intervenção dizendo ser esse o principal motivo do seu empenho, em conjunto com a Junta de Freguesia e a população possa ser encontrada a melhor solução legal para transferir este património para a Freguesia.

De seguida, o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**, solicitou à senhora Vereadora Anabela Graça para responder à munícipe Mariana Carreira Pedrosa

Intervenção da senhora Vereadora Anabela Graça (1:09.01)

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"Primeiramente, enaltece-se o presente contributo e a participação da jovem Mariana Pedrosa nesta Assembleia. Realça-se, também, o excecional nível de participação dos jovens e o seu apurado sentido crítico perante as diversas temáticas apresentadas na «Assembleia dos Jovens Deputados. Parabéns!

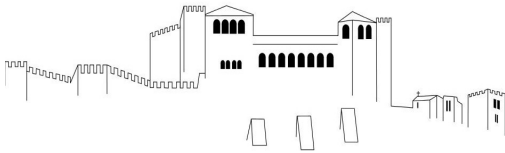
Relativamente à situação apresentada, esclarece-se:

De facto, este período de pandemia obrigou-nos a todos a reajustar as nossas vidas e a adotar comportamentos, práticas e modos de vida perante o desconhecido (vírus). Foi assim nas escolas, nas empresas e em toda a sociedade, conjugando com as medidas restritivas e preventivas impostas a todos. Salienta-se neste caso, por exemplo, a redução da lotação dos autocarros, as empresas em lay-off, a dificuldade de conciliar as redes de transportes com as «novas propostas de organização escolar». Foi assim em toda a CIMRL, e em todo o país, como pudemos constatar diariamente as notícias trazidas a público. De referir, ainda, que o plano de transporte escolar conjuga e complementa a rede de transportes públicos;

Quanto aos abrigos de passageiros, o Município tem vindo a colocar novos abrigos em locais considerados prioritários e em articulação com as juntas de freguesia;

No que diz respeito à gratuidade do passe escolar para os alunos do ensino secundário, e tal como referido anteriormente à comunidade educativa, e à Sra. Presidente do Conselho Geral, por exemplo, o Município de Leiria está a cumprir a legislação em vigor, sem prejuízo de haver práticas distintas noutros municípios.

Neste momento, a partir de contributos recolhidos junto dos estabelecimentos de ensino, o Município encontra-se a preparar o Plano de Transporte Escolar para 2021/2022, que será presente brevemente a Conselho Municipal da Educação para parecer e posterior aprovação pela Câmara Municipal."



PROPOSTAS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, iniciou este período referindo a existência de uma moção apresentada pela Freguesia de Caranguejeira, tendo questionado o senhor Presidente da Freguesia se pretendia ler a mesma ou se preferia passar imediatamente à sua votação, uma vez que é do conhecimento de todos.

O senhor **Presidente da Freguesia de Caranguejeira** respondeu dizendo não fazer questão de ler o texto, mas se possível gostaria de fazer um pequeno resumo.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, autorizou o pedido tendo dado a palavra ao senhor Presidente da Freguesia.

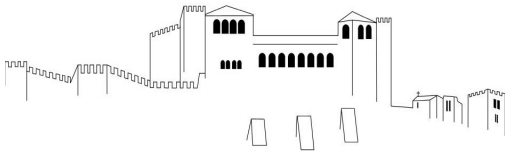
Intervenção do senhor **Presidente da Freguesia de Caranguejeira – Joaquim**

Mónico

Transcrição:

"Na sua pessoa cumprimento todos os senhores deputados, todos os fregueses presentes e ausentes, comunicação social, todos os elementos, uma vez que o senhor disse, e muito bem, vou dispensar-me de ler, no entanto, reforço aqui que gostaria além do ponto do ponto 2 da aprovação que fosse dirigida ao senhor Primeiro-Ministro, ao senhor Presidente da Assembleia da República e ao senhor Presidente da República. Nesse sentido, porque uma vez em 40 anos nada foi feito por esta estrada, e eu vejo que toda a parte nascente do concelho está a começar a ficar desertificada, as empresas a fugir e as pessoas sem agricultura porque as vias de acesso cada vez são piores. É lamentável que a freguesia da Caranguejeira tenha 20 anos de vila e só tenha o título porque proveito não teve absolutamente nenhum. Como a estrada se encontra neste momento e ainda estamos, as poucas empresas a serrar madeira na ordem das 460 toneladas / dia, que depois de transformada é exportada, e eu pergunto, temos os peregrinos que agora passam em grupos menores mas com as valetas conforme a moção diz, nada limpo, nada feito, Leiria, a Caranguejeira, penso que faz parte do país e é nesse sentido que eu alertava a todos os colegas, todos os senhores deputados para que ao verem a nossa impotência perante o Governo Central e quem o está a co-ajudar, os elementos do senhor Ministro e toda a equipa, os senhores deputados e os senhores eurodeputados que só vêm a Caranguejeira e as outras freguesias do concelho quando é preciso meter o X. Isso está mal, temos de mudar e temos de começar a avançar e era nesse e que eu gostaria que ficassem mencionados o senhor Primeiro-Ministro, o senhor Presidente da República e o senhor Presidente da Assembleia da República para além do que é mencionado nos pontos finais 1 e 2 da moção.

Muito obrigado!"



O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, referiu ter apenas 2 pontos na moção, pontos esses que apenas mencionam o senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e o senhor Gestor Regional de Leiria e Santarém das Infraestruturas de Portugal.

O senhor **Presidente da Freguesia de Caranguejeira, Joaquim Mónico**, esclareceu que gostaria que fossem incluídas também nesta moção as entidades anteriormente mencionadas.

Moção "Avaliação das condições Atuais da N350 e EN357" (Freguesia de Caranguejeira)

"1.EN 350

Em visita técnica ao local foi possível constatar a necessidade premente de intervenção na via nacional por apresentar elevado desgaste e falta de manutenção e conservação, mas principalmente pela inexistência de qualquer requalificação do perfil longitudinal bastante acidentado, com curvas e contracurvas acentuadas, que colocam diariamente em perigo a circulação rodoviária dos utentes, atendendo ao elevado volume de tráfego que diariamente circula na via, incluindo tráfego pesado.

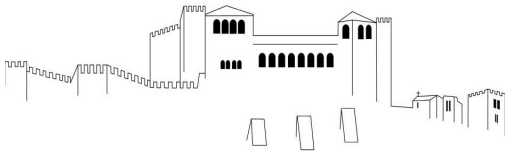
Neste sentido seria de considerar as seguintes intervenções:

1.1.Requalificação da EN350 através da criação de obras de arte na ligação à COL

Entre o Km1 e Km2, junto à EM539, seria necessário a criação de nó de ligação da EN350 à COL, através da criação de duas rotundas entre a atual obra de arte e respetivos ramos de ligação, de modo a assegurar ligações adequadas à COL e redução do tráfego rodoviário nas zonas residenciais em Andrinos e Quintas do Sirol, nomeadamente tráfego pesado em zonas urbanas consolidadas, permitindo aliviar o tráfego pendular que diariamente circula na EN350 com destino IC1, IC2, EN113, bem como A1. Esta solução permitiria uma otimização das ligações aos principais itinerários nacionais, beneficiando as indústrias e comércio bem como melhorar as ligações à cidade de Leiria e Concelhos vizinhos.

1.2.Requalificação da EN350 através da criação de obras de arte e rotunda de ligação à EM539

Entre o Km7 e Km8, junto à EM539, seria necessário a criação de rotunda no entroncamento com a via municipal, seguindo em viaduto, de modo a vencer perfil acidentado da via nacional e inclinações acentuadas do perfil atual da via, bem como encurtando o percurso na circulação do tráfego, nomeadamente tráfego pesado. O novo troço teria uma extensão aproximada de 190 metros de extensão. De referir que se tem verificado uma forte desertificação do núcleo industrial devido às más condições de acessibilidade e itinerários longos e acidentados.



1.3.Requalificação da EN350 através da criação de rotunda de ligação à rua de São Cristóvão

Informa-se que o cruzamento da EN350 com a rua de São Cristóvão e rua Primeiro de Maio, tem sido, ao longo dos últimos anos, motivo de preocupação da JF de Caranguejeira e ML, que tem feito várias diligências e alertas junto da IP, para a necessidade urgente em requalificar o cruzamento que tem sido motivo de diversos acidentes rodoviários nomeadamente nas viragens à esquerda, devido ao elevado volume de tráfego proveniente da rua Primeiro de Dezembro e EN350, que compromete os acessos, níveis de serviço e segurança rodoviária.

Para tal, será imprescindível, como solução, a criação de rotunda devidamente dimensionada e enquadrada com os fluxos de tráfego.

1.4.Requalificação da EN350 – Melhoria das acessibilidades

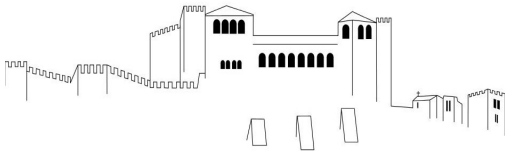
No restante traçado da EN350 até ao Km13, tornar-se-ia necessário a requalificação da via nacional através da redução das curvas acentuadas que existem ao longo de todo o traçado, exemplificando algumas nas imagens abaixo, curvas essas sem garantir a sobrelargura essencial para se enquadrar ao volume de tráfego atual.

Será também essencial a reformulação dos muros de contenção existentes e com elevado estado de degradação bem como:

- *Criação das condições de acessibilidade na aproximação às zonas habitacionais, através da criação de passeios e atravessamentos pedonais;*
- *Execução de solução de drenagem pluvial que permita colmatar a existência de valetas que não oferecem a necessária segurança e eficiência;*
- *Necessidade premente de pavimentação da faixa de rodagem considerando o elevado estado de degradação da plataforma, bermas e valetas;*
- *Tratamento de bermas;*
- *Desassoreamento de aquedutos;*
- *Sinalização vertical e horizontal em mau estado de conservação;*
- *Criação de medidas de acalmia de tráfego através da criação de atravessamentos pedonais associados a sistema semafórico;*
- *Sinalização vertical em falta, nomeadamente na indicação de curvas acentuadas e zonas de velocidade reduzida;*
- *Garantir a continuidade de passeios existentes, que têm sido criados pelo ML e que não garantem corredores aos transeuntes, sem esquecer o percurso em épocas de celebração dos peregrinos, onde a afluência é elevada.*

2.EN 357

Em visita técnica ao local, foi possível constatar a necessidade premente de intervenção na via nacional por apresentar elevado desgaste e falta de manutenção e conservação,



mas principalmente pela inexistência de qualquer requalificação do perfil longitudinal bastante acidentado, com curvas e contracurvas acentuadas, que colocam diariamente em perigo a circulação rodoviária dos utentes, atendendo ao elevado volume de tráfego que diariamente circula na via, incluindo tráfego pesado.

2.1.Requalificação da EN350 – Redução de curvas acentuadas

Ao longo do traçado da EN357, torna-se necessário a requalificação da via nacional através da redução das curvas acentuadas que existem ao longo de todo o traçado, exemplificando algumas nas imagens abaixo, curvas essas sem garantir a sobrelargura essencial para se enquadrar ao volume de tráfego atual.

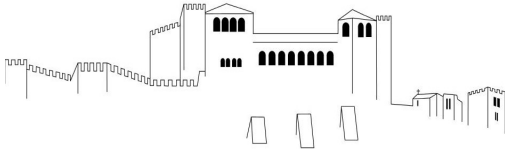
Verifica-se no troço abaixo identificado, na localidade de Casal Vermelho, problemas graves no que diz respeito à inexistência de sistema de drenagem, que tem originado graves problemas de circulação automóvel, com criação de lençõs de águas que provocam constantes despistes rodoviários. Neste sentido, torna-se necessário a intervenção com a criação de condições de circulação automóvel e sistema de drenagem pluvial que não descureará a necessidade de criação de passeios que permitam assegurar a circulação pedonal.

2.2.Requalificação da EN357 – Melhoria das acessibilidades

No restante traçado da EN357 até à ligação à EN113, torna-se necessário a requalificação da via nacional através da requalificação da faixa de rodagem e criação de corredores pedonais ao longo de todo o traçado, bem como intervenção no pavimento rodoviário que apresenta um elevado estado de degradação.

Será também essencial considerar:

- *Criação das condições de acessibilidade na aproximação às zonas habitacionais, através da implementação de passeios e atravessamentos pedonais;*
- *Execução de solução de drenagem pluvial que permita colmatar a existência de valetas que não oferecem a necessária segurança e eficiência;*
- *Necessidade premente de pavimentação da faixa de rodagem, considerando o elevado estado de degradação da plataforma, bermas e valetas;*
- *Tratamento de bermas;*
- *Desassoreamento de aquedutos;*
- *Sinalização vertical e horizontal em mau estado de conservação, com necessidade urgente de substituição dos sinais e repintura das marcas rodoviárias;*
- *Criação de medidas de acalmia de tráfego através da criação de atravessamentos pedonais associados a sistema semafórico;*
- *Sinalização vertical em falta, nomeadamente na indicação de curvas acentuadas e zonas de velocidade reduzida;*



Município de Leiria
Assembleia Municipal

- *Garantir a continuidade de passeios existentes, que têm sido criados pelo ML e que não garantem corredores aos transeuntes, sem esquecer o percurso em épocas de celebração dos peregrinos, onde a afluência é elevada.*

Assim, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 18-06-2021, delibera:

- 1. Enviar esta Moção ao Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, apelando para que seja dada prioridade do Governo à requalificação da EN350 e da EN357.*
- 2. Remeter esta Moção ao Sr. Gestor Regional de Leiria e Santarém das Infraestruturas de Portugal, para que seja dada prioridade ao assunto."*

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD/MPT

Transcrição:

"O PSD vai votar a favor. Apenas perguntava ao senhor Joaquim Mónico porque motivo só agora é que apresenta isto, quando já várias vezes o nosso vereador Álvaro Madureira chamou a atenção disso. Portanto, nós estamos de acordo, achamos é que já devia ter sido pedido antes.

Tenho dito!"

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, registou a intervenção e disse ao senhor Presidente da Junta não permitir o diálogo, tendo sugerido que no período a que os Presidentes de Junta têm direito possa dizer o que entender.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, submeteu a moção à votação tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade.**

Continuando a sessão, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, referiu a existência de uma moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, tendo questionado o senhor deputado Manuel Azenha se pretendia ler a mesma ou se preferia passar imediatamente à sua votação, uma vez que é do conhecimento de todos.

O senhor **deputado Manuel Azenha** respondeu dizendo não fazer questão de ler o texto, mas se possível gostaria de fazer um pequeno resumo.

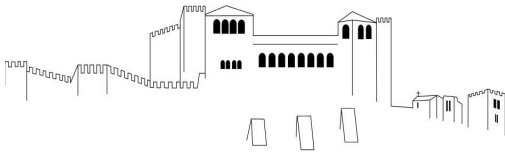
O **senhor Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, autorizou o pedido tendo dado a palavra ao senhor deputado.

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"A moção é uma moção genérica mas parece-nos de toda a importância para o concelho e para o distrito. O que está em causa são os critérios de atribuição e distribuição dos subsídios da PAC e as desigualdades que se criam a nível territorial. Como vem expresso



Município de Leiria
Assembleia Municipal

na moção cerca de 40% das explorações agrícolas e 17% da superfície agrícola do país não tem qualquer benefício para os agricultores sendo o caso ainda mais grave na região de Leiria, onde as explorações agrícolas que não recebem qualquer subsídio chegam aos 50% pois metade dos apoios são atribuídos apenas em função da área, situação que beneficia, como é óbvio, as grandes explorações agrícolas, sobretudo a sul do Tejo e prejudica a generalidade das explorações. Não será mais do que uma manifestação de desgosto perante esta situação a ser comunicada à ministra da Agricultura e à comunidade Intermunicipal pois consideramos que esta é uma situação que se estende a todo o distrito.”

Moção “Por um Política Agrícola Comum mais justa para todos os territórios e agricultores e mais útil para toda a sociedade”

Transcrição:

“Têm sido muitas as manifestações de descontentamento sobre a Política Agrícola Comum (PAC) em Portugal com especial incidência sobre as desigualdades que promove. Cerca de 40% das explorações agrícolas e 17% da Superfície Agrícola Útil (SAU) do país não beneficiam de quaisquer subsídios da PAC aos agricultores. Na Região de Leiria os números são mais gravosos: as explorações agrícolas que não recebem qualquer subsídio representam 50% dos agricultores e também da SAU. Enquanto a Região Oeste, que inclui a parte sul do distrito de Leiria e alguns concelhos do distrito de Lisboa, é a região do país com mais agricultores excluídos da PAC, com cobertura de apenas 17% das explorações agrícolas e 30% da SAU.

Como é do conhecimento público, o Governo está neste momento a preparar o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) que conduzirá a aplicação destes apoios públicos até 2027. No quadro que encerrou em 2020, as medidas florestais representaram apenas 6% da despesa pública da PAC. Estudos recentes demonstram a grande importância da agricultura e da sua integração paisagística com a floresta na redução dos riscos de incêndio. A região do Pinhal Interior que, tal como uma grande parte do distrito de Leiria, foi afetada pelos grandes incêndios de 2017, combina uma paisagem dominada por Eucalipto e Pinheiro Bravo, com a mais reduzida cobertura do território pelos subsídios da PAC e um grande abandono da atividade agrícola, que são as duas principais razões para a ocorrência de incêndios de grande dimensão, intensidade e perigosidade. Esta região recebe 10 vezes menos subsídios da PAC por trabalhador agrícola do que o Alentejo, situação que só é possível porque mais de metade dos apoios são atribuídos apenas em função da área, com a agravante de uma parte destas terras não serem cultivadas. E também porque o emprego não é tido em consideração. Esta situação beneficia as grandes explorações agrícolas, sobretudo, a sul do Tejo, e prejudica



Município de Leiria
Assembleia Municipal

a generalidade das pequenas explorações agrícolas, com especial incidência no centro e norte do país.

Assim, para responder ao interesse público, é preciso que a transposição da nova PAC para o território nacional mude, e muito, garantindo a todos os territórios e a todos os agricultores um apoio equitativo (justo), reconhecendo a diversidade edafoclimática e socioeconómica do país e o papel essencial das agriculturas familiares na sustentabilidade económica, social e ambiental dos territórios mais vulneráveis, e em particular na prevenção de incêndios.

Com uma previsão aproximada de 10 mil milhões de euros em dinheiros públicos para aplicar até 2027, a PAC poderá ser uma ferramenta determinante para a sustentabilidade socioeconómica e ambiental dos territórios rurais, em especial para a agenda da mitigação e adaptação às alterações climáticas, em que a próxima década será decisiva.

O país precisa de um Programa de Transição Ecológica Agroflorestal que possibilite reduzir o consumo de fatores de produção (adubos, pesticidas, etc.), diminuindo a pegada ambiental e salvaguardando a biodiversidade, por duas vias complementares: aumento da precisão e eficiência do seu uso; substituição de consumos por processos ecológicos (limitação natural, captação de azoto atmosférico, etc.).

Para fazer este caminho é também urgente promover paisagens heterogêneas que acolham diversos usos agroflorestais, contrariando a ocupação monocultural das terras, pois ela reduz a biodiversidade e aumenta a vulnerabilidade a fatores bióticos (pragas, doenças e outros riscos) e abióticos (incêndios, secas e outros eventos extremos).

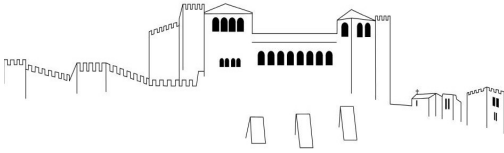
Finalmente, para assegurar essa transição, em benefício de toda a sociedade e da melhoria sustentável dos rendimentos dos produtores, é indispensável incorporar muito mais conhecimento científico em todas as tipologias de explorações agroflorestais. Para o fazer, o ministério da agricultura tem de dispor de recursos humanos mais jovens, qualificados e motivados, invertendo a trajetória de envelhecimento e degradação que tem sofrido, e a capacitação técnica das associações e organizações de produtores tem também de ser continuamente melhorada.

Exige-se assim uma grande mudança na aplicação da PAC face ao passado, garantindo um apoio justo a todos os agricultores e territórios e um uso mais útil dos dinheiros públicos ao serviço de todos os cidadãos.

Assim, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 18 de Junho de 2021, delibera:

- 1. Enviar a presente Moção à Ministra da Agricultura, ao Ministro do Ambiente e Ação Climática e à Ministra da Coesão Territorial, apelando a que o Plano Estratégico da PAC 23-27 tenha em conta as seguintes necessidades:*

- a. A transposição da nova PAC, o lançamento e a gestão das suas medidas devem ser realizadas com base em Diagnósticos Regionais – elaborados de*



Município de Leiria
Assembleia Municipal

forma participativa, com o envolvimento continuado das autarquias e outros atores locais – que identifiquem necessidades concretas e prioridades de intervenção com o objetivo de promover a equidade territorial e social, um uso socialmente útil dos recursos públicos, e o acesso de todos os agricultores aos apoios concedidos;

- b. Entre os critérios de repartição da despesa pública da PAC sejam considerados como fatores determinantes o emprego familiar e as condições do trabalho assalariado;*
- c. A PAC, em coerência e coordenação com todas as políticas com incidência no território, como previsto no Programa Nacional do Ordenamento do Território (PNPOT) e no Portugal 2030, deve ser impulsionadora da transição ecológica agroflorestal;*
- d. A resposta às alterações climáticas exige uma grande capacidade de incorporação de conhecimento técnico-científico e o Ministério da Agricultura e Mar, assim como o Ministério do Ambiente e da Ação Climática devem ser fortemente dotados de meios humanos e tecnológicos de forma a capacitar agricultores, produtores florestais e organizações representativas ao nível da prevenção de incêndios, da gestão e conservação de solos, biodiversidade e recursos hídricos;*
- e. As medidas agroambientais devem ter metas concretas associadas de carácter progressivo, cujo cumprimento seja efetivamente monitorizado, condicionando o valor e a continuidade dos apoios e incentivando a melhoria de eficácia e eficiência dessas medidas;*
- f. Áreas agrícolas não cultivadas e sem qualquer prestação de serviço ambiental contabilizado e monitorizado não devem ser beneficiadas por apoios públicos.*

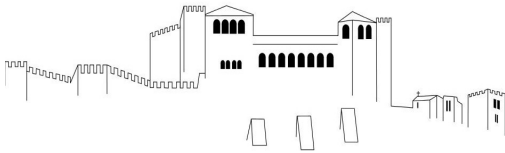
2. Enviar a Presente moção à Comunidade Intermunicipal de Leiria, apelando a que a mesma tome diligências no mesmo sentido.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

Em relação a esta moção, obviamente que nós estamos plenamente de acordo e estamos, de facto, alinhados com esta reivindicação, aliás, estamos solidários com todos os agricultores que se manifestaram no passado dia 14 de junho em Lisboa como forma de protesto e reivindicar contra as políticas de preços baixos à produção. Esta situação é agravada com o enquadramento legal derivado àquilo que é a aplicação da Política Agrícola Comum aqui mencionado nesta moção e que permite que o mercado funcione



Município de Leiria
Assembleia Municipal

desta maneira prejudicando o pequeno agricultor. No entanto, queríamos também acrescentar aqui, e partilhei isto com o senhor deputado Manuel Azenha, que é importante termos aqui algumas noções de como é que estes apoios podem chegar aos pequenos produtores. Nós estamos perfeitamente de acordo que estes apoios cheguem, mas tem que ser de uma forma acessível para estes pequenos produtores poderem usufruir destes apoios, é necessário que não haja entraves burocráticos, administrativos e, acima de tudo, financeiros, porque muitos produtores têm de ter uma estrutura financeira para poder usufruir destes subsídios, ou seja, não chega só pedir estes subsídios para os pequenos agricultores. Além disso, achamos também que é pertinente a questão da modernização dos circuitos de comercialização de proximidade, como é o caso dos mercados locais, em que haja uma política verdadeira de compras públicas para fornecimento de estruturas públicas que valorize o local de origem e o modo de produção, como por exemplo as escolas de Leiria, as entidades públicas, tudo o que é refeitórios no nosso concelho sejam alimentados por a produção local, aquilo que é para nós a solução em termos da produção e do apoio ao pequeno agricultor.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, questionou a senhora deputada se iria propor alguma alteração à moção ao que esta respondeu que não, apenas pretendia incluir aquilo que acha que falta na moção. Dado que a moção é apresentada por outro partido, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, esclareceu que o texto apenas seria alterado se a senhora deputada conseguisse chegar a algum tipo de consenso com quem apresenta a moção.

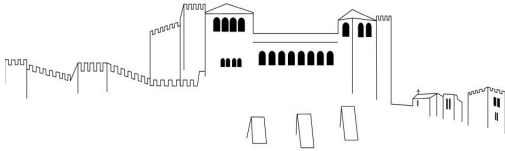
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, submeteu a moção à votação tendo a mesma sido **aprovada por maioria, com três abstenções**.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, referiu que de seguida iriam passar aos votos de pesar.

Voto de Pesar Joaquim Pontinha Tomaz

A Mesa apresentou um voto de pesar ao senhor Joaquim Pontinha Tomaz, pai do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão. Para além de ser pai de um membro da Assembleia Municipal ele próprio foi deputado municipal talvez na primeira Assembleia Municipal, de 1976 a 1979. Como tem vindo a ser hábito nestas situações deu conta de que se efetuará um minuto de silêncio pelo seu falecimento.

Não havendo oposição ao proposto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, submeteu o Voto de Pesar à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.



Voto de Pesar David Ferreira Oliveira Santos

Intervenção senhor deputado Acácio de Sousa – PS

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"No passado dia 25 de maio, Leiria recebeu a notícia do trágico acidente em escola, que vitimou o jovem aluno David Ferreira de Oliveira Santos, de 15 anos e do 9º ano de escolaridade. O futuro deveria estar com ele, mas estes são momentos que derrotam tanto as pessoas, que se torna impossível procurar quaisquer outras palavras."

A Assembleia Municipal de Leiria apresenta à família o seu grande pesar profundamente sentido.

Pelo Grupo Municipal do PS."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, informou que oportunamente apresentou os seus pêsames em nome da Assembleia Municipal na pessoa do diretor pedagógico do colégio, Dr. Jorge Cotovio.

Não havendo oposição ao proposto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, submeteu o Voto de Pesar à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

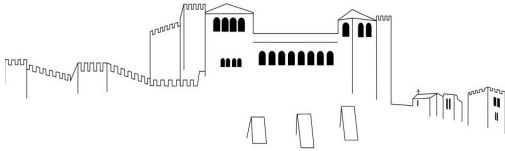
Por um dos votos ser referente a um familiar de 1º grau de um dos membros da Assembleia Municipal foi efetuado um momento de silêncio de pé.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, deu a palavra aos senhores Presidentes de Junta.

Intervenção do senhor Presidente da Caranguejeira – Joaquim Mónico

Transcrição:

"Eu só queria dizer ao senhor deputado Pereira de Melo que ando há 27 anos e meio como autarca da Caranguejeira a alertar a antiga Junta Autónoma de Estradas, agora Infra-estruturas de Portugal, e digo ao senhor deputado também que, nesta altura é normal que o senhor precise de umas cruzinhas para o senhor Vereador Álvaro Madureira, mas isso tudo bem. Nunca joguei pingue pongue, mas admiro quem saiba jogar. Quero também dizer que a mim não me pesa nada porque em 27 anos e meio sempre lutei por aquelas estradas, sempre pugnei pela Caranguejeira, fui eu que o PSD na Caranguejeira, quando fui para lá existiam 3 partidos, um de cada naipe e sou apaidário e sempre defendi os fregueses e quero continuar a defender. Por isso, durante 28 anos eu sempre tive as maiorias das minorias. Portanto, não esteja admirado de só agora esta moção. Esta moção só a pedi, e reunimos em Junta de Freguesia, dada a nossa impotência perante a distração de quem está quem está em Lisboa e de quem devia zelar pelo concelho e pelas freguesias ter passado um bocadinho ao lado e penso que talvez fosse a covid19 que trouxesse todos estes problemas. Muito obrigado!"



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Intervenção do senhor Presidente da Freguesia de Maceira - Vítor Santos

Transcrição:

Cumprimentou todos os presentes.

"Uma nota muito breve. Dizemos que a freguesia de Maceira está a festejar este ano os 30 anos de elevação a vila. Infelizmente não vai haver grandes comemorações, como tem havido em anos anteriores, mas vamos ter duas atividades que são muito importantes para nós. Vamos ter na nossa sede e no nosso lar da Barroquinha duas atividades culturais que vão demonstrar com certeza a pujança da nossa vila e, com certeza, também a pujança da cultura da Maceira. Não queria deixar passar em claro esta data porque ao longo destes 30 anos de elevação a vila temos feito sempre várias atividades, cada vez com mais importância, e cada vez com mais interesse na divulgação das nossas atividades, quer culturais, quer desportivas, e não podendo fazer nestes dois últimos anos eu hoje não queria deixar passar esta data sem vir a esta Assembleia e dizer que no dia 20 de junho de 2021 a vila de Maceira faz 30 anos, numa freguesia que já tem mais de 500 anos de existência. Gostaria de convidar o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, os caros colegas autarcas, o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, se tiverem um bocadinho no próximo domingo, às 16h30, vão à Maceira que teríamos gosto em recebê-los e visitar as duas atividades que estamos a fazer nesse dia. Muito obrigado!"

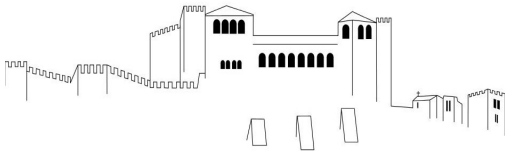
Concluídas as intervenções dos senhores Presidentes de Junta o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, deu início ao "Período Antes da Ordem do Dia".

******* PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA *******

Intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Marrazes e Barosa – Paulo Clemente

Cumprimentou todos os presentes.

Começou por dizer que no passado dia 2 de junho teve lugar a Assembleia dos Pequenos Deputados com a participação de alunos do 1º ciclo, do 3º e 4º ano de escolaridade das escolas pública e privadas do concelho de Leiria. Realçou o excelente trabalho desenvolvido pelas escolas participantes, pelos docentes e louvou a qualidade dos votos de louvor e de pesar, tomada de conhecimento, solicitações, bem como no período da ordem do dia com o tema "Leiria 2030 – Toma lá o futuro - Uma mochila cheia de ideias" com propostas que dignificam o concelho e que fazem acreditar que o futuro está garantido com a juventude participante. Continuou dizendo que no contexto atual em que vivemos, com o descrédito por parte da população em geral relativamente ao poder



Município de Leiria Assembleia Municipal

político, é fundamental fomentar, informar e educar a juventude sobre o modus operandi de uma Assembleia e sobre o resultado prático na vida da população. Na sua opinião, é necessário cada vez mais apostar na juventude para uma cultura de cidadania, para uma cultura do bem comum e só com iniciativas deste género se podem construir pessoas formadas para a causa pública. Concluiu felicitando também a Câmara Municipal, mais propriamente a senhora Vereadora da Cultura e Educação, Dra. Anabela Graça, pelo trabalho extraordinário que tem realizado em prol da educação fomentando, neste caso específico, o gosto pela causa pública.

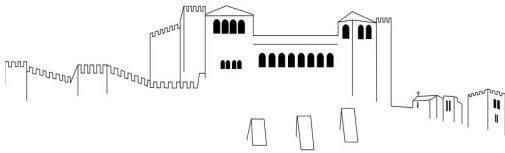
Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

"Muito boa noite novamente.

Espero, enfim, não fazer perder tempo, senhor Presidente, desculpe esta introdução mas achei que aquela minha intervenção relativamente à moção do Bloco de Esquerda, permita-me que lhe diga porque agora, de facto, não estou com interrupções, não era considerada uma perda de tempo para nós mas, enfim, de facto, fui interrompida e lamentavelmente não consegui terminar.

A nossa intervenção aqui no "Período Antes da Ordem do Dia" vai concentrar-se em 3 questões e uma constatação, 3 questões que foram também, enfim, algumas delas encaminhadas por alguns cidadãos que nos abordaram com algumas questões e portanto nós elaborámos aqui 3 questões que queríamos direccionar ao senhor Presidente da Câmara. A 1ª será, no âmbito do exercício das competências municipais relativas à realização de reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos ou abertos ao público gostaríamos de lhe perguntar se o município de Leiria comunica dados pessoais, quais e a que entidades. A 2ª questão, penso que seja também para o senhor Presidente, talvez para a senhora Vereadora da educação, nós tomámos conhecimento no site do Município que se deram início às obras de remoção do amianto e que foi adjudicada, enfim, com a devida aprovação do programa 2020, no dia 6 de março deste ano, e também sabemos que estas obras tiveram início no dia 22 de maio, aquilo que queríamos perguntar e, portanto, sabemos também que houve o cuidado de fazer esta remoção, estas obras num horário/ período de tempo em que não houvesse comunidade escolar no recinto escolar, ainda assim, gostaríamos de questionar o porquê deste timing, tendo em conta que estamos a um mês do fim do ano letivo e temos outros exemplos de outros municípios que o fizeram sim neste período de interrupção letiva exatamente para garantir todas as condições de segurança no que respeita, e aqui é de facto defendido pelos técnicos e por todas as questões burocráticas desta obra de que há riscos em termos de contágio para a comunidade escolar e, portanto, a pergunta que colocamos é se não havia outro timing ou porquê este timing. A 3ª questão é relativamente à



Município de Leiria
Assembleia Municipal

candidatura ou anúncio que a Câmara Municipal fez que teria formalizado a intenção de ficar na posse das antigas instalações do Instituto da Vinha e dos Vinhos. Nós gostaríamos de saber, enfim, qual é o estado, ou qual é o ponto de situação relativamente a esta aquisição e qual é o plano do Município para estas instalações.

Por fim, mas não menos importante, queríamos deixar aqui nota daquilo que se está a passar, que não é aqui segredo para ninguém, em relação às obras da avenida Nossa Senhora de Fátima e da Avenida Humberto Delgado, em confluência com a avenida Marquês de Pombal. Temos aqui vários testemunhos, várias reclamações que é inadmissível o estado em que as coisas estão, paradas e perigosas. Temos aqui alguns sítios em que não há segurança para os peões, há carros estacionados por tudo o que é passeios, há polícia a multar estes carros, não há alternativas próximas desta zona para estacionamento e, portanto, gostávamos de perceber exatamente qual é o plano ou se há algum plano da Câmara Municipal para resolver de uma vez por todas esta situação. Muito obrigada!”

Intervenção do senhor deputado João César Antunes – PS

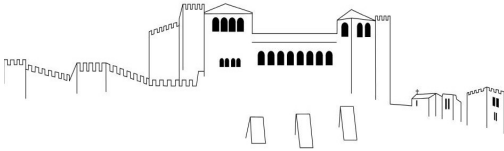
Transcrição:

“Começo por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, a respetiva Mesa, Presidente de Câmara, Vereadores, Presidentes de Junta, deputados municipais e a quem estiver a ver em casa. Aproveito para intervir pela 1ª vez neste órgão. A minha breve intervenção será uma recomendação pois desconheço se efetivamente é competência única e exclusiva da Câmara Municipal para o resolver. Quem conhece a Zicofa, a zona industrial da Cova das Faias, sabe o seu constante crescimento, dinamização e evolução, o que implica a passagem de pessoas das variadas empresas e veículos. Ultimamente tem-se notado a necessidade de introdução de medidas de acalmia como lombas ou passadeiras, concretamente na rua Gândara dos Olivais, onde até tem um entroncamento com a rua do Janardo, onde existe também a paragem do Mobilis, junto à Marlis. O elevado tráfego e a falta dessa sinalização dificulta a passagem de forma segura de um lado para o outro da via, portanto, levanto só esta situação. Muito obrigado!”

Intervenção do senhor deputado Micael Sousa – PS

Transcrição:

“Estando o nosso mandato nesta Assembleia Municipal a terminar permitam-me deixar mais alguns contributos associados aos temas que tenho desenvolvido e que tenho trabalhado. Em Leiria temos assistido à implementação de alguns casos pontuais de urbanismo tático. Vimos exemplos disso na recente intervenção da avenida Heróis de Angola, onde foi possível libertar para uma ciclovia flores e espaços de esplanadas, algum do espaço urbano anteriormente ocupado maioritariamente por automóveis ou por



Município de Leiria Assembleia Municipal

rodovia. Mas podemos ir mais além. Podemos inspirar-nos a exemplos que têm sido feitos noutras cidades e adaptar os casos de sucesso à nossa realidade. Estou a referir-me aos casos onde o espaço público é transformado através de intervenções pontuais para fruição dos cidadãos. Este tipo de espaços permite novas vivências, importantíssimas para melhorar a qualidade de vida e até a economia local. Estes podem ser espaços de convívio, desportivos e até lúdicos. As cidades podem ser espaços onde a diversão faz bem ao corpo e à mente, precisamos de mais parques infantis, mas também de espaços públicos de interação para todas as restantes idades. Vamos então para exemplos práticos. Já ninguém acha estranho que miradouros tenham baloiços para adultos, existem vários no nosso distrito. O caso destes baloiços são exemplos práticos da atração turística e fruição do património natural e paisagístico, combinadas com elementos lúdicos. Ninguém acha estranho que adultos queiram brincar e fazer fotografias nesses locais, ajudando a propagar políticas de marketing territorial orgânicas, são as próprias pessoas que partilham isso nas redes sociais, por vezes com mais impacto até que publicações institucionais. Imaginem então que nos recantos e espaços marcantes da nossa cidade pudéssemos ter baloiços, mesas de convívio e outros mobiliários públicos interativos, escorregas para adultos, porque não?! Os parques aquáticos e de aventuras não recebem também adultos? Afinal não são só as crianças que se divertem com isso. Então e quando vamos com os nossos filhos aos parques infantis porque não há nada que possamos usar? E os adolescentes, que alternativas têm? Existem equipamentos desportivos, mas tendem a ser campos formais. Porque não uma tabela de basquetebol isolada no espaço mais pequeno, uma baliza apenas para fazer uns remates? Então e aproveitar as novas tecnologias de informação e comunicação para ter espaços multimédia, música e dança que todos possam fazer? Sim é possível, mas não nos podemos esquecer dos jogos analógicos também, mesas para jogar às cartas, jogos de tabuleiro são também necessários, até porque sabemos que isso agrada a certas idades e até a certas tendências atuais. Como se percebe, estou a falar de pequenas intervenções, de coisas que cabem numa parte em que o edificado recua num beco, numa praceta, podem ser conjugados com jardins de proximidade. A cidade dos 15 minutos passa também por ter estes espaços públicos para fruição com qualidade perto dos sítios onde vivemos e quando digo cidade estou a falar também de todos os espaços urbanos, não estou apenas a falar da cidade de Leiria, estou a falar também das freguesias e dos centros onde isto possa ser aplicado nos sítios onde vivem pessoas, em todos os sítios do concelho de Leiria. Se tivermos este espaço as pessoas vão também andar mais na rua, usar destas técnicas de urbanismo tático que permitem recuperar espaço público urbano, ajudam a suportar processos de libertação da ocupação do automóvel. Se as pessoas andarem a circular nestes espaços a pé deixa de fazer sentido haver tantos automóveis



Município de Leiria Assembleia Municipal

parados a ocupar este valioso espaço público. Isso pode ajudar a dinamizar o comércio local e a dar massa crítica até aos transportes coletivos e modos suaves que necessitam de ser economicamente viáveis porque já sabemos que vazios também não interessam circular. Apesar de poder parecer um cliché ter um baloiço para adultos com enquadramento cénico com o castelo de Leiria seria, de certeza, um sucesso garantido. Por falar em castelo e abordagens lúdicas não posso deixar de saudar a abertura do monumento. Não posso deixar também de alertar para a existência de um jogo histórico gravado na pedra, o jogo de Albuquerque, precursor do histórico e conhecido jogo das damas. Este jogo está gravado nos assentos das famosas varandas do castelo, onde todos os visitantes querem ir, mas merece a nossa proteção e merece que seja devidamente identificado. Este jogo pode ser também um motivo adicional de visita e inspirar até réplicas para dotar o monumento de atividades lúdicas interativas próprias, imaginem jogos. Claro que as pessoas podem aprender sobre a história do castelo no período medieval e possam jogar e perceber também como o jogo funciona e quem sabe até inspirar-se no mesmo. Fica então a sugestão, obrigado!"

Intervenção do senhor deputado **Acácio de Sousa – PS**

Transcrição:

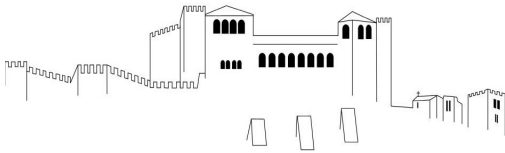
"Em Leiria é usual carpirem-se mágoas pela escassez de vultos notáveis que sintam ou levem a cidade e o concelho por esse mundo fora.

No entanto, para além das relações internacionais do nosso mundo empresarial, pelo menos, no desporto e nas artes, já referimos aqui nesta Assembleia que temos embaixadores que muito nos prestigiam. Na investigação científica também temos gente a dar cartas e a serem grandes referências europeias.

Mas, há uma personalidade que tendo de cá saído aos 13 anos de idade, nunca esqueceu a terra onde nasceu e para além de ter trazido para o entendimento e identificação de um país, um modo diferente em o analisar, também a Europa o reconhece como um dos maiores expoentes da História Medieval europeia.

Figura prestigiadíssima, respeitado e muito agraciado por esse mundo fora, o professor José Mattoso, sempre foi de uma simplicidade tão desarmante como o seu grande saber. Sempre que foi preciso, ao longo da sua carreira académica, vinha a Leiria e escrevia sobre Leiria, para além das vindas de trabalho ao Arquivo Distrital, por ter sido o presidente do Instituto Nacional dos Arquivos e Torre do Tombo, ou das participações nos congressos da ADLEI, tendo sido dele a ideia de se criar um Centro de Estudos do Património da Estremadura, de onde nasceu o CEPAE.

Mesmo com algumas dificuldades pessoais, no passado dia 22 de maio, o professor José Mattoso fez questão em vir a Leiria, ao "seu" castelo onde ouviu que a Câmara vai instituir o Fórum bienal de Investigação e Cidadania, precisamente, com a designação



Município de Leiria
Assembleia Municipal

José Mattoso. Com simplicidade agradeceu, e este reconhecimento público vem em boa hora por ser um grande Homem e um enorme Académico, natural de Leiria.

O castelo fascinou-o, pelo que já não via há muito e pelo que viu de novo.

É que, de facto, o apadrinhamento da reabertura do monumento com esta personalidade notável foi de bom augúrio. Foram já cerca de 25.800 visitantes entre 22 de maio e 15 deste mês de junho, menos de um mês, enquanto no último ano em que o castelo esteve aberto a visitas, em 2019, entre 1 de maio e início de junho, foram perto de 7600 pessoas. Temos, assim, neste 1º mês após a reabertura, quase mais 20.000 pessoas em comparação com período idêntico há 2 anos, o último ano em que esteve aberto.

Podemos sempre achar que alguma coisa poderia estar melhor, ou diferente, e com certeza haverá, mas para quem condenava à partida os novos acessos mecânicos ou as intervenções de reabilitação, vamos tendo a resposta. Muito leiriense, já nem falo nos de fora, está a conhecer o castelo! E o monumento tem a sua dignidade salvaguardada e ainda mais valorizada. Tanto mais valorizada com uma programação de alta qualidade que está definida, como já se viu com os concertos já realizados, teatro, visitas encenadas, a apresentação do novo Bauhaus europeu, onde esteve presente a ministra da cultura. A isto ainda acrescerá a necessária interpretação fácil de um castelo acessível a todos. Assim, ainda mais vezes lá iremos. Por isto a Câmara está de parabéns.”

Intervenção do senhor deputado Fernando Elias – PS

Transcrição:

"Muito boa noite.

Na pessoa do Senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, cumprimento todos os membros da Assembleia Municipal presentes, as cidadãs e cidadãos que nos estão a acompanhar em direto e ainda, a comunicação social.

Nesta minha breve intervenção pretendo dar conta do processo da remoção de amianto nas escolas do nosso Concelho.

Até à presente data e de acordo com o cronograma estabelecido foram já intervencionadas as seguintes escolas:

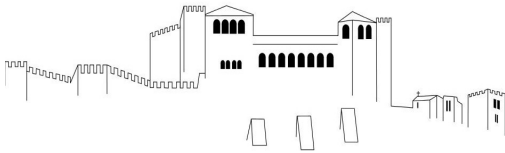
Da empreitada do lote 1, as seguintes escolas:

- EB 2/3 Marrazes;*
- ES Afonso Lopes Vieira;*
- EB D. Dinis;*

Está em curso a intervenção na EB Correia Mateus.

Quanto à empreitada do Lote 2, na presente data encontra-se executada a EB 2/3 Henrique Sommer, Maceira.

Está em curso a intervenção na EB Correia Alexandre, Caranguejeira.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Está em falta, a EB Rainha Santa Isabel, Carreira.

Os trabalhos, orçados em 614 mil euros, são financiados pelo Programa Operacional Regional do Centro.

O volume de trabalho tem sido distinto em cada estabelecimento de ensino.

Mas em regra, os trabalhos dizem respeito à remoção das coberturas existentes nos blocos de aulas e/ou passadiços cobertos, colocação de novas coberturas (telhados nos blocos de aulas).

Os trabalhos têm sido articulados entre o Município, a entidade e as direções das escolas e, no âmbito da relação escola-família, as diferentes estruturas educativas articulam-se com a comunidade educativa

Em cada estabelecimento de ensino têm sido salvaguardadas as necessárias condições de segurança para a execução dos trabalhos, de acordo com os planos aprovados pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT).

Os trabalhos têm decorrido, normalmente, às 4^{as} feiras (pois há menor concentração de alunos nas escolas, em particular, no período da tarde), fins de semana e/ou feriados.

Como é do conhecimento geral, e do próprio Ministério da Educação, uma intervenção desta envergadura, com atividades a decorrer, é bastante complexa e exige redobrado empenhamento de todos os agentes e uma planificação flexível e bastante cuidada.

Por outro lado, a execução tem que conciliar as necessárias condições climatéricas, com as atividades e com a disponibilização dos materiais e de matéria prima (o que nem sempre se afigura fácil).

Pesem todos estes aspetos é justo enaltecer e reconhecer a disponibilidade de todos os agentes na resolução das situações pontuais emergentes e na criação das necessárias condições de segurança, o que tem potenciado as intervenções, com especial atenção para as direções das escolas.

A conclusão de todo o processo permitirá um serviço público da educação de melhor qualidade e com maior segurança nas escolas e agrupamentos do nosso Concelho, a partir do próximo ano letivo, o que é de louvar.

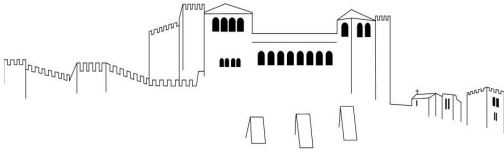
Tenho dito."

Intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira de Cima – Jorge Crespo

Transcrição:

"Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os presentes, todos os que participam na sessão online, bem como todos os que assistem a esta sessão através da transmissão na da assembleia no Facebook.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, no passado dia quatro, o Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Eng^o Rui Martinho,



Município de Leiria Assembleia Municipal

anunciou a abertura de candidaturas para apoio a investimentos em projetos de tratamento e valorização de efluentes suinícolas.

Não terá sido por acaso que esse anúncio tenha sido feito aqui em Leiria, tendo em consideração que, como todos sabemos, o sector suinícola é uma atividade de relevante interesse económico e, simultaneamente, uma enorme "dor de cabeça" ambiental para o nosso concelho.

Sendo também um dos principais motores da economia da Freguesia de Bidoeira de Cima, com elevado número de explorações e os problemas ambientais daí decorrentes, é com enorme preocupação que tenho acompanhado este processo.

Desde as famosas ETAR's da Bidoeira e da Raposeira, da nunca concretizada ETES de Amor, até às recentes e contraditórias intenções governamentais para a gestão pública de efluentes, este é um processo com sucessivos avanços e recuos, onde nem os suinicultores, nem as associações do sector, nem o poder político estão isentos de culpa.

Sendo presidente de uma freguesia com elevado potencial de produção suinícola e, conseqüentemente, bastante exposta à problemática da inadequada gestão de efluentes, confesso que a decisão de não construção de uma ETES, pelo mesmo governo que a tinha anunciado em 2019, foi para mim uma enorme desilusão que nem o recente anúncio do senhor Secretário de Estado da Agricultura veio atenuar.

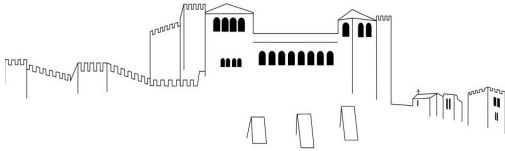
Não tenhamos ilusões. O valor anunciado, 20 milhões de euros, é manifestamente insuficiente para podermos pensar estar em presença de uma solução global para o tratamento de efluentes.

Será, quanto muito, uma oportunidade para os empresários da indústria suinícola investirem em soluções mais seguras de armazenagem e pré-tratamento de efluentes, bem como na aquisição de equipamentos para valorização agrícola.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, não sou suinicultor, não tenho qualquer familiar ligado à atividade suinícola, nem sequer um conhecimento profundo da temática, que me permita ousar ter certezas absolutas acerca da melhor solução para a gestão de efluentes.

Sou apenas um cidadão preocupado e um autarca em fim de carreira que, tendo estado muito atento e preocupado com os sistemáticos atentados ambientais atribuídos à atividade suinícola, partilho aqui, nesta penúltima assembleia municipal em que participo, os quatro vetores que considero essenciais para a resolução do problema:

- 1. Modernização das explorações baseada numa política de prossecução do bem-estar animal, da valorização energética e do respeito absoluto pelo direito à qualidade de vida de todos os cidadãos (enquadrando-se aqui as candidaturas aos apoios atrás referidos);*



Município de Leiria
Assembleia Municipal

2. *Obrigatoriedade de obtenção de Registo de Empresa Certificada nos diversos parâmetros definidos por lei, nomeadamente em Gestão de Qualidade, Desempenho Energético e Desempenho Ambiental;*
3. *Implementação de um sistema de controlo digital de registo de produção de efluentes, pré-tratamento e posterior encaminhamento para valorização agrícola ou estação de tratamento;*
4. *Construção e gestão públicas de uma Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas, com os custos de tratamento inteiramente suportados pelos produtores.*

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, a conjugação das medidas acima referidas, seguramente difíceis e onerosas para o sector suinícola e para o erário público, poderão ser o travão que se impõe a quarenta anos de más práticas e de um jogo do empurra que não dignifica ninguém.

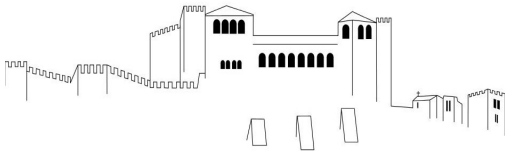
Seriam também, estou certo, um crivo natural para marcar a diferença entre os suinicultores que Leiria, a região e Portugal precisam e os outros, os porqueiros, que envergonham a classe e não devem ter lugar nesta atividade!

Disse..”

Intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Milagres – Mário Gomes

Transcrição:

"Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente de Câmara, senhores Vereadores, a plateia e também todos os que estão lá em casa e também nos acompanham pelas redes sociais. Em relação a este problema das suiniculturas, honestamente eu discordo completamente da opinião do meu colega, senhor Jorge Crespo. É verdade que há uns meses atrás o senhor Ministro veio dizer que não se construía nenhuma ETAR, mas disse que iam aparecer novidades em relação a esse assunto. Esperei e as novidades que existiram foi o anúncio que havia 20 milhões de euros para apoiar os suinicultores e cada qual tratava dos seus dejetos. Honestamente, eu concordo plenamente, mas mesmo plenamente, com esta solução e porquê? Eu sou empresário e tenho 2 áreas diferentes de atividade, tenho empresas certificadas, sem apoio de nada nem de ninguém. Os suinicultores se querem trabalhar também têm que arranjar condições para trabalhar, são eles que têm de arranjar. Ora bem, se os industriais da indústria têm que o fazer porque não os suinicultores? Entendo que são soluções, a solução é cara em relação aos suinicultores é caro, mas daí os 20 milhões de euros, têm apoio de 20 milhões de euros. Se calhar não é muito, mas que pode ir até 50%, acho bastante bom. Entendo aqui uma coisa, entendo que se calhar a carne de porco deva estar a 5 ou 6€ o Kg e, se calhar, vai começar a custar 6 ou 7€. É preferível

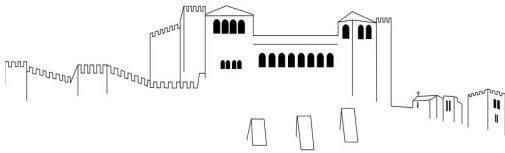


Município de Leiria
Assembleia Municipal

gastar 6 ou 7 € em Kg da carne de porco do que ir gastar esse dinheiro em farmácia. Em relação aos 20 milhões de euros acho que falta aqui qualquer coisa. Acho que o Governo devia criar uma lei, possivelmente tem que ser aprovada na Assembleia da República, não sei, ou não sei se poderá ser por decreto, não percebo nada disso, em que todas as suiniculturas têm que estar certificadas em ambiente e porquê essa certificação? É um processo sempre em evolução, ou seja, as empresas certificam-se, demora-se cerca de um ano, um ano e meio a fazer isso, depois os auditores visitam-nos anualmente e propõe sempre melhoramento e também obriga a outra coisa, obriga os suinicultores ao tratarem do seu equipamento para tratar os dejetos têm que o fazer com equipamento certificado e dessa forma não acontece o que aconteceu no passado. Na Bidoeira e noutros sítios assim, porque não foi só na Bidoeira, fez-se ali qualquer coisa que nada serve ou pouco serve. A certificação em ambiente era interessante, seria uma forma de obrigar a classe a respeitar mais o ambiente para que no futuro os meus filhos ou os nossos filhos, os nossos netos viessem a viver com outra qualidade de vida porque temos de deixar aqui um bocado a política para o lado e remarmos todos no mesmo sentido porque senão amanhã quem vem atrás não nos perdoa há tantos anos a viver nesta problemática. Depois disto eu tenho que bater as palmas ao senhor Presidente da Câmara porque decretou esta semana, a semana passada, que os projetos de tudo o que se relaciona com o área do ambiente tenham prioridade. Eu acho isso interessante. Porque é que não concordo com a estação única de tratamentos? Porque as suiniculturas que existem no nosso concelho estão completamente espalhadas pelo território, embora nos Milagres nem há muitas em relação a outras freguesias, nem é uma freguesia com muita suinicultura. Se fizesse a estação de tratamento único o que é que ia acontecer? As suiniculturas num raio de 5 ou 10 quilómetros de volta da estação até lá iam, os mais distantes iam lá com uma carrada ou duas e o restante faziam tal e qual como estão a fazer hoje. Muito obrigado!”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Relativamente à Assembleia dos Jovens Deputados disse ser uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Leiria e pela Assembleia Municipal com um valor muito importante para as nossas autarquias, quer sejam as Câmaras ou as Juntas de Freguesia. Afirmou ser um momento de superação, de intervenção de crianças e jovens que pensam, debatem e jogam ao jogo da democracia argumentando e falando sobre aquilo que são as principais prioridades para a sua Freguesia, para a escola, para o seu concelho sendo por isso muito importante para os autarcas que têm uma responsabilidade acrescida de ouvir, mas também dar seguimento a muitas dessas propostas. Por isso associa-se ao voto de louvor do Presidente da União de Freguesias de Marrazes e Barosa relativamente a essa iniciativa



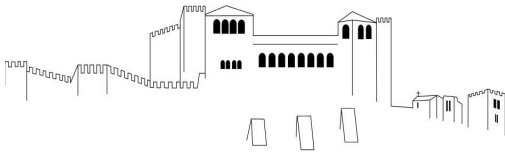
Município de Leiria Assembleia Municipal

No que diz respeito às questões levantadas pela senhora deputada Joana Cartaxo esclareceu que o respeito pela proteção de dados da Câmara é uma política implementada desde que a lei foi publicada existindo um enorme rigor naquilo que é o respeito pelas liberdades e garantias das pessoas e instituições. Continuou dizendo possuírem nesse aspeto não só responsabilidades nesta área, mas também divisões, unidades orgânicas com responsabilidades acrescidas estando seguros daquilo que é o seu funcionamento nesta área.

Em relação ao amianto nas escolas esclareceu que as escolas municipais já tinham sido intervencionadas ao longo dos últimos anos com verbas próprias, com investimento próprio. As escolas do Ministério da Educação são agora intervencionadas com a obra lançada pela Câmara e com o apoio de fundos comunitários. Disse terem sido lançados concursos a nível do país para fazer muitas escolas ao mesmo tempo e todas querem executar essas obras durante as pausas, o que leva a uma grande procura de empresas especializadas para fazer estas intervenções, não só nas nossas escolas, mas em todo o país. Afirmou ser natural que a gestão da obra seja difícil sendo que o seu objetivo é limitar os transtornos causados no normal desempenho escolar e, por isso, têm sempre feito um trabalho de articulação com as direções das escolas através do pelouro da educação e também das obras municipais.

Continuou a sua intervenção dizendo que o Instituto da Vinha e do Vinho (Ministério da Agricultura) tem em Leiria um edifício devoluto já há bastantes anos em degradação profunda. Foi manifestado pelo Município, através da descentralização na área do património, interesse em receber o edifício para se poder proceder não só à sua reabilitação, mas à sua valorização do ponto de vista da área da cultura, mas também da área da economia. Referiu que por isso o projeto tem de ser preparado com uma elevada participação cívica dos agentes culturais e económicos, sobretudo direcionado para a economia criativa, dando assim suporte a uma das suas ambições e vontades de tornar aquele equipamento uma âncora e uma alavanca para o desenvolvimento daquela zona tão importante do concelho e da cidade, próxima da estação de caminho-de-ferro, uma estação que a correr como previsto nos próximos anos terá uma importância vital para a nossa mobilidade. Considera por isso que ter um equipamento destes irá reforçar uma aposta muito clara na ligação da cidade até à estação de Leiria, de comboios, e, naturalmente, existirá este equipamento que será municipal e que nos próximos anos irá ser objeto de planeamento e depois da respetiva intervenção depois de ser devidamente debatido aquilo que será a sua orientação estratégica.

Relativamente às questões levantadas pelo deputado João César referentes aos passeios na zona dos Marrazes, em especial na Gândara, informou que o senhor vereador está em



Município de Leiria Assembleia Municipal

articulação permanente com as Juntas de Freguesia, neste caso com a dos Marrazes e Barosa, e durante as próximas 2 semanas irão haver novidades sobre esse assunto.

De seguida mencionou a intervenção efetuado pelo deputado Micael Sousa, sobre o urbanismo tático e sobre aquilo que era e é uma ambição dele de poderem ir mais além. Afirmou que num ano e meio foram mais além do que aquilo que alguma vez tinha acontecido em Leiria, algo que fizeram em tempo record. Confirmou receber atualmente muitas mensagens sobre como Leiria está bonita, de como conseguiram introduzir na nossa principal avenida o urbanismo tático, algo ainda pouco conhecido no contexto nacional e como conseguiram também vencer a resistência e dúvidas relativamente às soluções que foram alcançadas. Referiu estudarem este assunto com paixão porque sabem o que são temas modernos, estamos a falar de uma nova maneira de pensar as cidades. Apresentou alguns exemplos de urbanismo tático em Portugal, mas também no estrangeiro reconhecendo terem uma referência muito importante que são as estratégias de urbanismo seguidas em Barcelona. Exemplificou o que foi feito num quarteirão desta cidade, em que através de pinturas conseguiram modificar por completo aquilo que era uma avenida com um perfil virado sobretudo para os carros. Foram construídas ciclistas, foram criadas praças através de pinturas para poderem ser utilizadas pelo peão podendo nos cruzamentos dessas avenidas decorrer atividades de lazer, onde se pode dar espaço não só às culturas, mas às bicicletas, onde se podem criar parques de lazer para adultos e crianças com recurso a floreiras para poder criar sombras e ambientes saudáveis. Referiu ser um exemplo de uma capital que é uma referência no urbanismo. Apresentou ainda outras imagens de como se transformam zonas de praças em campos de jogos, com separação através de pneus usados, algo para o qual não são necessárias obras que demorem muito tempo, podendo ser efetuadas de forma célere, utilizando o que está disponível, em prol daquilo que é um interesse máximo que é uma maneira tática de devolver espaço público que tinha sido arrecadado e apropriado pelo carro ao usufruto da população, sobretudo uma população que vem de um ambiente de confinamento e que quer o espaço público para ser usado em ambiente de segurança e distanciamento. Referiu ainda as ciclistas marcadas a cor amarela, com um design diferente, um recreio em frente a uma escola, onde anteriormente passavam carros, o que as crianças, a criação de praças, recorrendo a cores diferentes e simulando também um design próprio. Como curiosidade apresentou imagens de floreiras, que em Leiria foram tão criticadas, em que recorreram a simples alguidares gigantescos e onde plantaram árvores e adaptaram uma via cortando-a e transformando-a numa pista de corrida. Afirmou serem exemplos que hoje estão espalhados pela Europa e têm vindo a vencer a resistência de algumas pessoas à mudança. Reconheceu ser um conceito que ainda precisa de evoluir junto da comunidade, sobretudo da comunidade que está muito

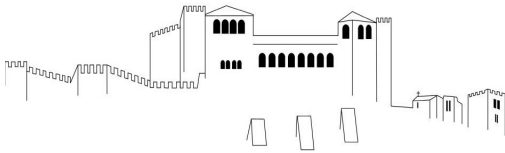


Município de Leiria Assembleia Municipal

agarrada ao carro. Considera ser este um caminho que, no seu entender, deverá ser também tido em atenção naquilo que são as suas prioridades futuras de utilização. Recordou que compraram também muitas mesas para distribuir pelos jardins e praças porque os restaurantes estavam fechados, não se podia jantar dentro dos restaurantes, o que fez com que fizessem um investimento enorme em mesas corridas para que as pessoas pudessem conviver. Disse ainda que quando for necessário serão retiradas, por isso é que é considerado urbanismo tático porque é colocado e retirado mediante as evoluções e necessidades. Não é um investimento profundo mas sim de recurso e emergência. Referiu que este tema que lhes foi apresentado pelo deputado Micael Sousa é algo que os cativa, é algo que têm de continuar a investir, não só na criação de ciclistas, mas também destes espaços de convívio no espaço público retirando novamente as pessoas de casa e poder disponibilizar ao cidadão um espaço público agradável que possa ser usufruído de uma maneira rápida, tática e não definitiva.

Relativamente à intervenção do deputado Acácio de Sousa sobre a inauguração do Castelo e a presença do historiador José Mattoso disse ter sido um momento único e porventura o último momento em que este historiador referência no contexto nacional estará presente num evento público. Disse que ele fez um esforço enorme para estar presente no Castelo no dia da sua inauguração, algo que para os Leirienses foi um orgulho poder revê-lo, atribuir-lhe simbolicamente a chave daquele espaço e perceber a emoção com que ele voltou ao Castelo, local onde passou muito tempo na sua infância. Esteve em Leiria até à sua adolescência e recordava perfeitamente os recantos daquele espaço tendo sido ali que ele ganhou inspiração para aquilo que foi a sua carreira, o seu talento de historiador nacional.

Em relação à questão das suiniculturas disse ser um tema que tem cerca de 50 anos. Presentemente existem cerca de 300 suiniculturas em Leiria tendo ao longo de vários anos existido várias soluções, avanços e recuos em que nenhum partido e nenhum Governo está isento de culpas. Disse não querer falar do passado mas sim focar-se no futuro nos próximos meses e, se tudo correr bem, nos próximos 4 anos. Afirmou que este será um objetivo comum em que não pode haver politiquice e em que todos têm de dar o seu contributo. Continuou dizendo que tendo em conta o nível de exigência não só da saúde animal ter aumentado durante a última semana, recordou que mais de 100 mil europeus subscreveram junto do Parlamento Europeu o fim da criação de animais em gaiolas, algo que terá influências dentro dos próximos anos não só na atividade suinícola, mas também noutras. Afirmou que a saúde animal vai ter graus de exigência para aquilo que é a indústria atual. Referiu que não temos suinicultura extensiva, aquela que é feita com menos carga e em ambiente mais natural, mas sim uma intensiva que vai estar comprometida o que implicará a evolução do setor. Por outro lado existem as questões



Município de Leiria Assembleia Municipal

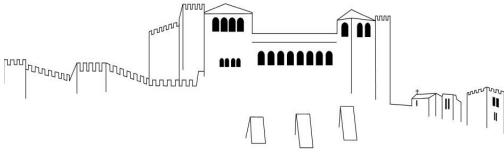
ambientais que se tornam obrigatórias e cada vez mais exigentes no contexto europeu e no contexto daquilo que é uma sociedade verde e promotora da economia circular. Continuou dizendo que hoje quem não consegue acompanhar estes conceitos está fora daquilo que são as tendências económicas e ambientais da Europa como continente evoluído e capaz de combater aquilo que são as questões ambientais e através daquilo que são os resíduos consegue transformá-los em economia e oportunidades. Por isso, considera ter sido dado um passo muito importante que é de 20 milhões de euros, direcionados muito especificamente para a suinicultura e para a nossa região, em especial Leiria e Alcobaça, onde está grande carga da produção intensiva de suiniculturas, em algumas freguesias representativas, como é o caso da Bidoeira e dos Milagres, com um enorme impacto em termos ambientais para as pessoas que ali vivem e que agora há uma oportunidade daqueles que tiverem vontade de pegar numa parte deste dinheiro, modernizarem as suas explorações resolvendo um problema dos resíduos e adaptando-se para vencer o futuro. Considera ser uma grande oportunidade de cada um, individualmente, poder por si, não estando dependente nem dos avanços e recuos do Estado ou de associações representativas do setor. Disse ter sido informado que se este valor for esgotado haverá mais, é preciso é haver vontade. Terminou dizendo ser esse o desafio que vão fazer na próxima quarta-feira de modo a incentivar os empresários desta área a fazer os seus investimentos e as suas candidaturas. Disse que será para si uma grande desilusão se não aparecerem candidaturas de Leiria. Acredita que se vai vencer esta etapa das candidaturas privadas e uma parte do problema. Se a seguir ainda faltar resolver mais coisas pensa-se na melhor forma de as resolver. Afirmou que se vai caminhar em termos de resolução do problema por fases e em diversos sistemas sendo isso, na sua opinião, que nos deve unir, inclusivé a Assembleia e todos os Presidentes de Junta do concelho.

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, passou para o "Período da Ordem do Dia", começando por dar a palavra aos senhores deputados.

******* PERÍODO DA ORDEM DO DIA *******

Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.



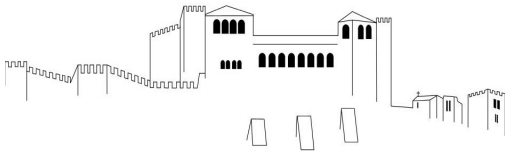
Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

"No que se refere a este relatório de atividades eu gostaria de pedir alguns esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara relativamente ao programa Protege. Vem referido neste relatório que foi concluída a 2ª fase do processo de análise às candidaturas, que tinha o montante de 345 mil euros, e que iremos agora entrar na 3ª fase. A minha questão, e peço mesmo que me expliquem, é porque razão é que andamos de fase em fase e quais as consequências que estas várias fases trazem para as empresas que se candidatam. Nós aprovamos um regulamento, fizemos uma alteração a esse regulamento. Na 1ª fase, penso eu, foram 375 mil euros, na 2ª fase aprovámos a possibilidade da extensão até ao montante de 1 milhão de euros. Parece-me a mim que cada fase destas termina quando termina a cotação que nós atribuímos a cada uma destas fases. E a minha pergunta é: Uma empresa ou um restaurante, qualquer ela que seja, quando se candidata e depois não lhe é atribuído qualquer subsídio, qualquer verba porque terminou a dotação dessa fase passa automaticamente para a fase seguinte ou tem que apresentar nova candidatura? Porque o que diz o nosso regulamento é que acabando-se a dotação da verba o que sucede é que começam a ser todas em consideração as quebras de faturação. A questão das quebras de faturação cria sempre alguma confusão. Vamos imaginar que eu tenho um restaurante com 40 mesas. É evidente que tenho uma quebra de faturação muito superior a um restaurante que tem 10 mesas. Todavia, se calhar o restaurante com 10 mesas até paga uma renda que o restaurante com 40 mesas não paga e se calhar até está a necessitar mais deste apoio do que esse tal restaurante. Isto parece-me aqui um bocado dúbio e porque razão, e a minha questão é só esta, porque razão andamos de fase em fase se temos uma dotação de 1 milhão de euros que foi anunciada a 3ª fase parece-me que ficam de fora 35 mil euros, haverá uma explicação para isso certamente. Porque razão andamos de fase em fase e não abrimos uma fase até ao montante de 1 milhão de euros, porque é que vamos para a terceira fase e o que é que acontece a quem se candidatou e não teve verba por falta de dotação. E é tudo, obrigado!"

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

Relativamente à questão do LeiriaProtege disse ter sido uma iniciativa pioneira em termos de apoio do orçamento municipal com receitas para apoiar a microeconomia, a quem viu o seu negócio encerrado ou com uma forte quebra de faturação. Disse que sendo o LeiriaProtege um instrumento que tem e teve o apoio da Assembleia Municipal e onde foi explicado nessa altura não só o que aconteceu na 1ª fase, mas também a alteração para a 2ª fase. Explicou que a 2ª fase incluiu também setores que tinham Cae's económicos onde a pandemia prejudicou a atividade e que não tinham sido incluídos na 1ª parte. Na



Município de Leiria Assembleia Municipal

2ª fase fizeram a alteração do regulamento e trouxeram o mesmo à Assembleia tendo aproveitado também para reforçar a verba porque no 1º momento o número de candidaturas tinha sido extremamente procurado tendo por isso que encontrar mais verba para poder apoiar todos as candidaturas recebidas. Disse que todas as que tinham validade e enquadramento no regulamento anteriormente aprovado foram tratadas pelos serviços tendo já sido libertada uma grande parte desse incentivo a essas microempresas, muitas já direcionadas para o comércio, sobretudo para aquelas que tiveram e que têm um trabalhador ou o próprio dono do estabelecimento é também o único funcionário da empresa. Afirmou que aquele montante atribuído variava entre os mil / dois mil e quinhentos euros e serviu para superar aqueles meses correspondentes ao encerramento perfazendo eventualmente aquilo que era equivalente a um salário ou 2 salários daquela instituição. Afirmou ter sido este o modelo que foi implementado em Leiria, modelo esse que foi inovador por ter sido pioneiro e que é do conhecimento da Assembleia os seus compromissos de pagamento regulamentar, uma vez que foi aí aprovado porque é assim que é obrigatório em termos regulamentares e que, naturalmente, ficou nessa altura explicado a evolução da 1ª para a 2ª fase.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, passou à apresentação do ponto n.º 2 pois o ponto n.º 1 não carece de votação.

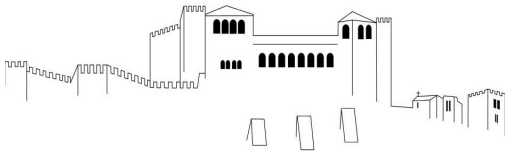
Ponto 2 – Prestação de Contas:

Ponto 2.1. - Documentos de Prestação de Contas do Município de Leiria de 2020

- Apreciação, discussão e votação;

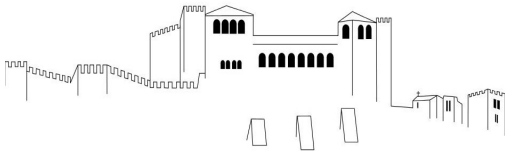
Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

Afirmou ser a primeira prestação de contas que segue o SNCAP, a contabilidade da administração pública, seguindo aquilo que é a contabilidade particular sobretudo das empresas. Referiu existir uma modificação de filosofia de trabalho e uma evolução em termos de funcionamento e prestação de contas internas. Disse existirem naturalmente dois aspetos muito importantes na prestação de contas. Em primeiro lugar alcançaram o objetivo de consolidação financeira, algo que tinha sido muitas vezes questionado com a mudança de Presidente. Explicou que mantiveram o mesmo rigor daquilo que foi o seu início de mandato há 12 anos atrás e naturalmente reduziram este ano o seu endividamento bancário. Em relação ao saldo deste exercício continuam a ter mais receita do que despesa, existindo um saldo de 45 milhões de euros, o que é explicado também por aquilo que é o seu desempenho sobretudo nas áreas das obras. Apresentou um gráfico ilustrativo da diferença entre as receitas e as despesas neste ano, com um saldo



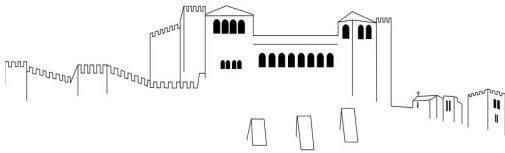
Município de Leiria Assembleia Municipal

de 45 milhões de euros de saldo. Chamou a atenção para o fato de não ser referente apenas ao ano corrente porque transfere de ano para ano. A estrutura daquilo que é a receita, uma grande parte vem das receitas correntes e no que diz respeito à sua caracterização há uma ligeira diminuição da receita em 3% que não é representativo ainda daquilo que é o impacto da crise económica, tendo arrecadado menos 4 milhões de euros tendo o orçamento na área da receita em 2020 ficado em 116 milhões de euros. Afirmou que na receita corrente um peso muito importante nos impostos diretos, em especial a referência para o IMI com 17 milhões de euros e logo de seguida o IMT como o segundo imposto direto mais representativo. Disse que a variação é muito ténue representando um aumento de 3%, o que perfaz 886 mil euros de cobrança superior relativamente ao ano transato. No que diz respeito à parte de capital a receita provém sobretudo das transferências do Estado tendo apenas 1% de vendas de bens de investimento, algo que é perfeitamente residual. Referiu o aumento da receita de capital resultante daquilo que são não só as transferências do Estado mas também as transferências de fundos comunitários resultantes da execução de obra, daí o aumento de 2,8 milhões de euros em 2020. Relativamente à parte da despesa disse terem feito uma redução da despesa global em 10% em que contribuiu não só a redução da despesa corrente, mas em particular a redução da despesa de investimento. Explicou que em 2019 conseguiram investir 35 milhões de euros, em 2020 29,5 milhões de euros existindo ainda uma limitação de conseguir ter um ritmo elevado de investimento. A despesa corrente, a maneira como está representada, o peso significativo da despesa com pessoal 35% e depois a aquisição de bens e serviços que é uma grande rubrica orçamental. Uma parte da despesa corrente são também transferências correntes, em especial para as freguesias, para honrar os seus compromissos. Disse que na parte da despesa de capital a parte mais importante é a obra, ou seja, aquisição de bens de capital. Depois existe a transferência de capital com 22%, referente às transferências, sobretudo para as freguesias. Mencionou ainda uma área que é dedicada aquilo que é o passivo financeiro que representa 12% da estrutura da despesa de capital de 2020. Mencionou o aumento na despesa de transferência, nomeadamente nos apoios às juntas, ao associativismo e às famílias, algo que se subentende ser não só uma aposta política estratégica de ter ao seu lado a investir, quer em termos de despesa corrente quer de capital, aquilo que é a sua aposta na melhoria do desempenho dos seus parceiros em termos de apoio às famílias e educação com uma verba de 13 milhões de euros para essa finalidade. Dentro das transferências o papel das freguesias que em 2019 transferiram, quer corrente, quer capital, 4,7 milhões de euros e em 2020 alcançaram o valor máximo nunca antes verificado de 6,9 milhões de euros, um crescimento de 45%. Afirmou partilharem com eles a capacidade de investir pois as Juntas têm uma proximidade e uma agilidade de



Município de Leiria Assembleia Municipal

investimento muito maior que a Câmara e por isso são seus parceiros no desenvolvimento do concelho. Continuou a sua intervenção fazendo um apontamento sobre a despesa covid que é uma marca das contas de 2020. Reconheceu não poder ser de outra maneira, ter contas certas, ter capacidade financeira e não ajudar as populações no combate ao vírus seria de uma insensibilidade e de uma incapacidade com a qual não poderiam conviver. Por isso, mobilizaram os recursos que acharam necessários para poder sustentar o vírus no nosso território durante estes 14 meses tendo um investimento de aproximadamente 2,4 milhões de euros. Disse que uma mensagem que é habitual dizerem é que não há investimento em Leiria, no entanto, têm aqui um acumulado de investimento ao longo dos últimos anos, nomeadamente neste mandato, onde em 4 anos totalizaram um investimento na ordem dos 123 milhões de euros. Referiu ser um indicador importante tendo em conta que têm aproximadamente 120 mil habitantes no concelho. Disse poderem aumentar este desempenho, mas é algo que é importante reforçar, que estão também a fazer obra, não é só despesa corrente como algumas vezes tentam transmitir e isto, na sua opinião, é um dado que é importante, prestação de contas, sobretudo aos munícipes para saberem onde os seus impostos estão a ser aplicados. No que diz respeito ao investimento, à obra propriamente dita, disse estar-se a falar de 3 milhões de euros e no que diz respeito ao passivo, em 2010, quando entraram na Câmara tinham um passivo de 77 milhões de euros e no final de 2020 têm um passivo de 20 milhões de euros onde a dívida a fornecedores é perfeitamente residual, começou com 12 milhões e tinham um prazo de pagamento enorme. Hoje têm um prazo de pagamento de 6 dias e a dívida de fornecedores é residual. Afirmou ser algo que deve servir de entusiasmo e confiança para o futuro e também de uma referência no que diz respeito à gestão dos dinheiros públicos. Referiu que no último ano, 2019 para 2020, reduziram o passivo em 3,5 milhões de euros, continuando a pagar a dívida bancária resultante da construção do estádio. Relembrou que o assunto foi há pouco tempo notícia no Jornal de Notícias e que Leiria continua a ser o município do país que tem a maior dívida bancária resultante da construção de um estádio. Disse não ser uma dívida por construção ou outras coisas mas é algo que deve ser sempre lembrado para que não se repitam outros investimentos de grandezas enormes sem serem devidamente acautelados em termos da sua estratégia no que diz respeito ao desenvolvimento. Mencionou o prazo médio de pagamento, que neste momento está com 6 dias. Afirmou que a transferência de imobilizado em curso para firme é um trabalho mais da área que é uma das reservas que ainda têm na sua contabilidade. Disse terem muito património espalhado pelo concelho, por exemplo as escolas antigas, as novas, as estradas, os jardins, as rotundas, o saneamento, as piscinas municipais, os pavilhões. Tudo isto somado é património, é riqueza coletiva, muito dela não está contabilizada, não está valorizada no seu ativo, algo



Município de Leiria Assembleia Municipal

que têm feito ao longo dos anos. Continuou dizendo que em 2020 conseguiram valorizar em 24 milhões de euros. Reconheceu que por ser um trabalho técnico exigente e detalhado vai demorar ainda algum tempo a continuar a fazer este trabalho, trabalho esse que acha ser meritório. Por fim falou num indicador que é usado na análise da saúde financeira das Câmaras que é o equilíbrio corrente e que consiste em perceber se a receita que se arrecada a curto prazo é ou não suficiente para pagar as despesas correntes e as amortizações médias e prestações a médio e longo prazo algo que como pode ser verificado conseguiram poupar 22,1 milhões de euros em 2020 sendo verba que fica disponível para fazer investimento. Considera ser um indicador em referência nas contas.

Intervenção da senhora deputada **Telma Curado – PS**

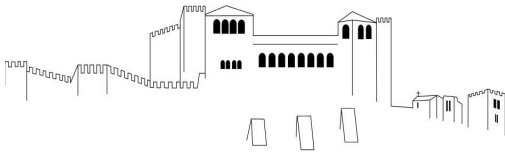
Transcrição:

"Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes online e em sala.

Relativamente à prestação de contas de 2020 o caderno de prestação de contas é exaustivo, claro, transparente, está bem elaborado e expressa adequadamente a aplicação do 1º ano do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas expondo, na nossa opinião, cabalmente todos os aspetos que consideramos relevantes. Observámos o aumento das transferências correntes e de capital para as freguesias, maior proximidade aos problemas mais meios para a sua resolução. A redução significativa do passivo, a redução significativa da dívida global total e genericamente solidez financeira, tesouraria equilibrada, prazos médios de pagamento curtos e respeito pelo equilíbrio orçamental gera poupança corrente. No ano em que estivemos mais de 75% do tempo em circunstâncias de exceção pandémica concentrámos esforços nos mecanismos de apoio aos mais desfavorecidos e nos apoios aos nossos comerciantes e pequenos empresários locais e aos cidadãos de Leiria em geral. Estas iniciativas, além dos efeitos práticos evidentes e efetivos criam um ambiente de segurança muitas vezes intangível, mas que assume nestas circunstâncias uma importante e significativa proteção e suporte global à população. Como é natural, em face destas circunstâncias especiais, alguns investimentos ficaram por concluir, processos formais por completar, mas a vontade de continuar é evidente, a presença no terreno é efetiva e a gestão do Município é capaz de suportar a continuidade do investimento equilibrado. Gostava apenas de fazer uma nota, que acho que em todas as Assembleias de aprovação de contas que fizemos, saldo de gerência não é resultado líquido do exercício. Obrigada!

Intervenção do senhor deputado **Fábio Joaquim – CDS-PP**

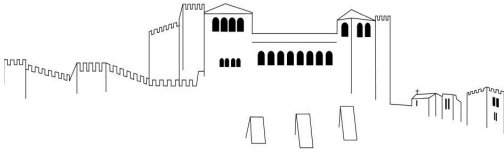
Cumprimentou todos os presentes.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Relativamente à prestação de contas do Município de Leiria para o ano de 2020 disse querer fazer algumas considerações sobre a mesma e colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara.

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que, do ponto de vista da honestidade intelectual, terá iniciado a sua apresentação falando em 12 anos e política de continuidade da equipa do seu antecessor algo que não considera ser justo quando se sabe publicamente a tomada de posição que teve relativamente à sua gestão num passado não assim tão distante. Disse perceber que se queira de certa forma assumir uma política de continuidade, mas publicamente é sabido que as coisas não funcionam dessa mesma maneira. Relativamente ao tema discutido neste ponto disse ouvir-se falar muito em questões relacionadas com ser pioneiro, inovador. Desafiou o senhor Presidente a, num momento posterior, ir consultar a gravação e ver quantas vezes refere a palavra pioneiro ou inovador, é aplicado em tudo. Referiu que a sua questão mais direta tem a ver com fiscalidade municipal que, de acordo com a sua opinião, é o que impacta as finanças da Câmara Municipal de Leiria. Sobre esta matéria questionou qual é a sua referência. Afirmou estarem habituados a falar em planos estratégicos a 10 anos, em que a referência é Bilbao, por exemplo. Relativamente ao urbanismo tático ficaram todos a perceber, com fotos lindíssimas de Barcelona, o que é. Deixou um repto muito específico de que apresente qual é a sua referência para a política municipal. Disse que muitas vezes se vão buscar exemplos a países estrangeiros, lá está, da União Europeia neste caso é o que se tem falado mais, quando relativamente à política municipal e ao do que a fiscalidade municipal diz respeito existe pelo menos uma centena de municípios em Portugal que apresenta uma política fiscal municipal mais amiga do munícipe. Comentou ainda ser difícil justificar aos munícipes que a receita fiscal do Município possa crescer num ano de pandemia que, ainda que diga ser pouco significativo, aumentou a receita fiscal como, por exemplo, Leiria perde munícipes. Referiu estar a falar-se de um ano marcado pela covid 19. Questionou se tendo em conta a disponibilidade financeira como é que nós vamos dizer qual é a nossa política de fiscalidade municipal e porque é que tendo em conta a disponibilidade financeira da Câmara Municipal de Leiria não estão em condições de baixar essa mesma cargas fiscal, nomeadamente em sede de IRS, Derrama ou em outras situações como o preço da água. Afirmou que o senhor Presidente gosta de apresentar o posicionamento de Leiria nos diversos rankings de qualidade de vida, etc. e todos nós temos gosto em que Leiria marque presença nesses diferentes rankings que avaliam a qualidade de vida em Leiria, mas gostava que lhe explicasse por que não do ponto de vista da fiscalidade municipal Leiria está na cauda daquilo que são as práticas em termos nacionais.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

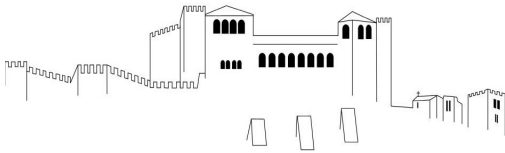
"Se em 2019 o saldo baixou ligeiramente podemos constatar que em 2020 subiu ou voltou a subir para ficar acima dos 44 milhões de euros. Ora, isto é um valor superior a 50% à despesa de capital toda e 70% acima de todo o investimento e das transferências de capital para as Freguesias e para as associações. Isto é uma massa enorme de dinheiro que representa investimento e reabilitação de infraestruturas que ficou por fazer mais um ano, o que vai agravar ainda mais o estado geral das infraestruturas e o atraso relativo de Leiria perante os outros concelhos. Isto sim é claramente uma tática desta maioria. A conversa fiada de mau pagador de dizer que o saldo é para os investimentos a realizar nos anos que vêm foi agora substituída pela conversa do covid e da gestão rigorosa que permitiu ao Município, como está plasmado aqui neste relatório, a gestão rigorosa que permitiu ao Município ter disponibilidade financeira par obter uma oferta cabal perante a ameaça pandémica. Bom, pelos vistos andaram a acumular saldos, porque tinham a expectativa de que um dia chegasse uma pandemia. Ora santa pandemia que permite tanta propaganda e tanta desculpa. Já foi o estádio, já foi a Leirisport para tudo e para nada, agora é o covid. Bom, argumentação rudimentar que não resiste a um olhar mais atento. Olhar que diz que as receitas se comportaram de grosso modo como nos anos anteriores e que o investimento também se manteve no baixíssimo nível desses mesmos anos apresentando desvios astronómicos entre previsões e execuções. Claramente o que nós vemos aqui é uma gestão calamitosa, de uma maioria especialista em fazer o que faz, que usem e abusem da propaganda para criar uma realidade virtual e assim criar um mundo de ilusão. A falta de capacidade de fazer obra, meus senhores, levou mais uma vez a que não fosse possível receber as verbas do FEDER que estavam previstas, isto é grave. Voltamos a desafiar a maioria a dizer quantos milhões de euros de financiamentos ficaram por conseguir receber até 2020. Voltamos a afirmar, esta Câmara do PS não está à altura das responsabilidades que lhe foram conferidas. Esbanja oportunidades, prejudica o desenvolvimento do concelho e não promove a qualidade de vida da população. Portanto, a apreciação que fazemos à gestão municipal 2020 não é negativa meus senhores, mas é muito negativa. Obrigada!"

Intervenção do senhor deputado Pereira Melo – PSD/MPT

Transcrição:

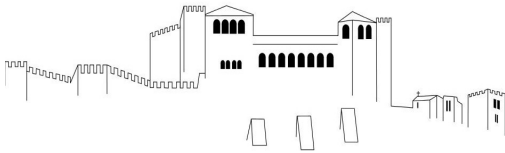
"Cumprimento através da pessoa do senhor Presidente desta Assembleia Municipal todos os assistentes presentes localmente e virtualmente desejando-lhes uma boa sessão.

Ponto 2.1 - Documentos de prestação de contas do município de Leiria de 2020. A análise dos documentos apresentados não passa de uma mera operação contabilística uma vez que muitos dos objetivos inicialmente apresentados pelo executivo com plano estratégico,



Município de Leiria Assembleia Municipal

foram várias vezes alterados ao longo do ano. O plano anual de despesas foi várias vezes modificado tendo muitos dos objetivos inicialmente propostos desaparecido. Uns por deslizamento e outros pura e simplesmente abandonados. Novos objetivos foram por vezes introduzidos, a maioria destes eventos desgarrados. Os poucos objetivos relativos a grandes obras que se concretizaram e estão de momento encahados. O conjunto avenida Nossa Senhora de Fátima, Humberto Delgado parece ter esbarrado com redes de canalizações e o acesso mecânico ao Castelo parece só querer funcionar a conta-gotas. Deste modo, o trabalho que nos é apresentado com 864 páginas não é mais que um diário camarário e não um relatório de execução de um plano estratégico anual. Apenas o orçamento de receita, um perfeito saque aos contribuintes, foi rigorosamente cumprido. Assim, dizer que executámos 60% do orçamento apenas tem significado em termos quantitativos disponíveis utilizados, mas nada significa em termos de concretização dos objetivos de obra inicialmente previstos. Este facto tem-se repetido ao longo dos anos correspondentes aos sucessivos mandatos do PS uma vez que a maioria das propostas eleitorais deste partido raramente são para cumprir. Há semelhança de muitos dos executivos governados pelo PS, as promessas eleitorais só servem para ganhar eleições. A concretização dessas promessas ou não passam da fase de projeto, por incompetência dos executivos, que é o caso da Câmara Municipal de Leiria, ou nem sequer se iniciam em consequência de cativações de verbas, caso do Governo. As verbas programadas, mas não despendidas, são então destinadas a festejos e/ou atividades de natureza social mas desgarradas. Estas atividades sociais muitas das vezes criam a dependência dos cidadãos por elas beneficiados, originando que mais pessoas possam viver à custa do erário público sem trabalhar. Cada vez mais estamos perante uma população que sobrevive à custa de uma classe média que, sobrecarregada de impostos, fica cada vez mais pobre passando também à dependência social. Deste modo, o PS garante o aumento do número de votantes socialistas e o empobrecimento do país. Uma população feliz não é aquela que vive à custa de subsídios do Estado, mas aquela que à custa do seu trabalho consegue melhorar o seu nível de vida e decidir livremente como aplicar os quantitativos que auferir. A função de um Estado democrático não é dar o peixe, mas ensinar a pescar. A análise de receitas apresentadas pela Câmara Municipal de Leiria mostra que no domínio da exploração do município a Câmara Municipal de Leiria tem sido eficiente. Os quantitativos arrecadados ao longo dos mandatos têm sido mais ou menos constantes. Verificamos que os impostos têm sido exagerados em relação aos objetivos que se conseguem atingir. O valor dos saldos de gerência desde 2017 tem sido praticamente constante o que mostra que a execução do orçamento tem sido sempre na ordem dos 60%, razão pela qual achamos que o valor dos impostos tem sido demasiado alto em relação à capacidade de execução por parte da Câmara Municipal dos seus sucessivos



Município de Leiria
Assembleia Municipal

orçamentos. A justificação da má execução do orçamento de 2020, baseada na epidemia que atravessamos, parece não ter valor uma vez que a despesa adicional foi de cerca de 3% do orçamento. Note-se que na prática a construção civil praticamente não foi afetada pela pandemia. Pelo acima exposto, o PSD irá votar contra neste ponto.

Tenho dito!”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

Começou por tentar responder de forma sintética a alguns dos comentários efetuados, comentários esses que, na sua opinião, poderiam ser inovadores ou pioneiros, mas não, são repetitivos. Considera que o discurso é sempre o mesmo e peca por ser repetitivo, tornando-se por isso pouco aliciante para contra-argumentar.

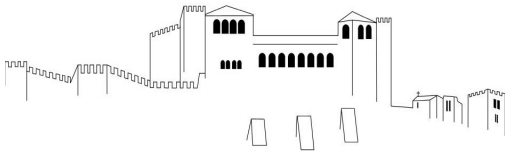
Relativamente à política de continuidade afirmou não ser ele que o diz, são os números que a representam. Disse haver uma mudança radical desde aquilo que foi o período em que era governado pelo PSD e o período em que é governado pelo PS e, como toda a gente sabe, nos últimos 12 anos fez parte do executivo e revê-se nessa política tendo dado o seu contributo, tal como os Vereadores que por cá passaram e os Presidentes de Junta, uns ainda no ativo e outros que ainda se vão recandidatar. Continuou a sua intervenção dizendo que todo o trabalho que foi alcançado durante esses 12 anos de recuperação económica foi um trabalho de continuidade e persistência de todos os autarcas do concelho, o que faz com que tenha muito orgulho em dizer que é um trabalho de política de continuidade.

No que diz respeito à fiscalidade municipal questionou sobre que tipo de características é que ela tem. Afirmou que tem a lógica da estabilidade fiscal havendo uma clareza relativamente aos principais impostos. Disse que o IMI está na taxa mínima sendo o imposto mais significativo do Município

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que não fosse interrompido.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, dirigindo-se ao senhor Vereado Fernando Costa, disse que ele sabe perfeitamente que não pode intervir na sessão tal como ele não vai para as reuniões de Câmara fazer intervenções. Disse ainda que o senhor Vereador está especialmente a faltar-lhe em 1º lugar ao respeito e em 2º lugar a todas as pessoas que estão na sala e em casa. Agradeceu que não falasse pois sabe perfeitamente em que condições é que pode intervir.

Continuando a sua intervenção, o senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, disse que relativamente ao IMI, à taxa mínima, devido a uma proposta da maioria que governa a Câmara, que é liderada pelo PS, considera que se alguém é responsável pela política fiscal que é tantas vezes criticada, neste caso quem teve de tomar essa decisão decisiva e



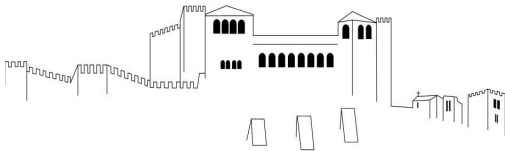
Município de Leiria Assembleia Municipal

tem maioria para o fazer foi o PS que concordou neste mandato em reduzir o IMI para a taxa mínima sendo por isso importante dizer e reforçar aqui.

De seguida, disse que em 2020 muitas taxas associadas às atividades comerciais foram isentadas como mecanismo de apoio à atividade económica. Referiu que também aqui na fiscalidade municipal foram resilientes, inovadores e pioneiros porque foram dos primeiros do país a fazê-lo, não só nos períodos de emergência, de confinamento, mas estendê-lo durante o resto deste ano de 2021. Por outro lado, os impostos, infelizmente, tiveram um comportamento que não afeta a sua performance orçamental, mas reduziram em 1 milhão de euros. Afirmou ter havido uma diminuição de 1,9 milhões de euros nos impostos indiretos e um aumento nos impostos diretos de 0,8 milhões de euros, ou seja, 800 mil euros. Explicou que este aumento dos impostos diretos resulta daquilo que é a dinâmica da atividade económica, grande parte onde não têm influência no tipo de taxa fixada, ou seja, não podem ter uma política ativa de fiscalidade, uma delas é o IMT, que resulta do imposto de transações de imóveis e que representa que o setor imobiliário no ano passado não se ressentiu da pandemia e gerou receita de transações, ou seja, arrecadam o imposto, que é obrigatório arrecadar e é assim em todo o país, e o IUC que teve um aumento e resulta de fatores que a Câmara não controla. Afirmou que isto resulta numa performance em que não têm intervenção direta. Continuou a sua intervenção referindo que este ponto sobre a fiscalidade é muito interessante e será seguramente um dos temas que terão muito prazer em discutir nos próximos meses.

Relativamente à intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo, referiu que a mesma utiliza de uma maneira infantil e irresponsável o tema do covid. Esclareceu que o covid é simplesmente a maior pandemia que todos os que são vivos atualmente viveram, porque a última tem mais de cem anos e mudou a sociedade mundial. Disse que a conversa sobre o covid não poder ser tratada como uma conversa do presidente do Brasil, Bolsonaro. Afirmou que esse tipo de conversa não digna de uma deputada do Partido Comunista. Continuou dizendo que apelidar de "gestão calamitosa" a sua gestão é um sinal de algum saudosismo da gestão do partido que os antecedeu, onde altos dirigentes do seu partido foram responsáveis também pela gestão da Câmara. Disse ser algo que não tem qualquer problema em explicar, a diferença entre a gestão do PS e a gestão dos anteriores executivos, e em comprová-lo com números. Referiu ainda que dizer que " não estão à altura de governar a Câmara" é uma apreciação que será feita dentro de 3 meses e na altura ver-se-á quantos votos terá o PS e a CDU, números esses que permitirão tirar as devidas ilações.

Por último, referindo-se à atuação do senhor deputado Pereira de Melo, do PSD, disse que a mesma é também repetitiva e um pouco gasta. Na sua opinião, quando o senhor deputado refere os eventos é porque tem estado confinado em Aveiro e não deve ter



Município de Leiria
Assembleia Municipal

vindo a Leiria, isto porque se houve coisa que interromperam foram os eventos. Não houve eventos em 2020 e foi pedido às pessoas para ficarem em casa. Isso traduziu-se na ausência de eventos culturais e desportivos. Na sua opinião, usar para o balanço do ano de 2020 a existência de eventos desgarrados no concelho, com forte despesa é de quem está confinado, teve qualquer tipo de amnésia ou está muito distante da realidade do que se passa em Leiria, o que representa um distanciamento relativamente àquilo que é a realidade do nosso concelho e do nosso território.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 2.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 8 votos contra**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente aos **Documentos de Prestação de Contas do Município de Leiria de 2020**.

Ponto 2.2 - Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao ano de 2020 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

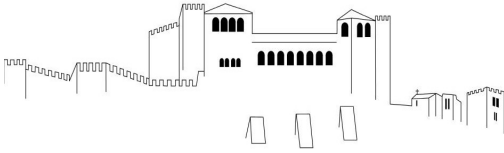
Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Boa noite novamente.

Não posso deixar de começar por concordar com o senhor Presidente da Câmara relativamente à repetição de intervenções ou de conteúdos de intervenções no que respeitam a estas matérias, senhor Presidente permita-me que lhe diga que esta repetição depende de si ou depende da atividade. Se alguma coisa mudar, com certeza que também teremos todo o prazer em mudar o tipo de informação que trazemos aqui para os Leirienses e todos os cidadãos que nos estão a ouvir.

Relativamente aqui ao ponto 2.2. o investimento na água ficou 79% abaixo das previsões, nas águas residuais ficou 67% abaixo, outros investimentos ficou abaixo de 59% e, globalmente, o investimento ficou 71% aquém do previsto. O plano plurianual de investimento apresentava uma previsão de um pouco mais de 19 milhões de euros, mas a execução ficou pelos 5,5 milhões de euros. Portanto, nada disto aconteceu por falta de recursos financeiros, aliás, como prova o saldo do ano, superior a 8 milhões de euros, o que corresponde a 27% da receita total e a mais de 147% de todo o investimento. As receitas do FEDER foram de uns insignificantes 89 mil euros, apenas 17% do já muito baixo valor de 2019. Como de costume, nos últimos anos, enfim, temos de voltar a repetir quase tudo voltou a ficar por fazer e isto não depende de nós senhor Presidente,



Município de Leiria Assembleia Municipal

isto impressiona quando há tantos atrasos para vencer na renovação da rede de água e na conclusão da ligação da rede de esgotos, os orçamentos e os planos continuam a ser elaborados sem rigor, apenas um pró-forma administrativo, podemos considerar, enquanto isso continuamos a ter Leirienses sem acesso à rede de esgotos, outros sem estarem ligados e temos, como denunciámos aliás e já viemos aqui falar regularmente, temos que nos repetir, águas residuais domésticas que estão a ser rejeitadas ou diretamente colocadas nas linhas de água e não somos só nós que o dizemos as análises da Oikos comprovaram esta situação. Portanto, a rede de água precisa de ser renovada, senhor Presidente, em muitas zonas. Ainda há condutas de fibrocimento, há ruturas frequentes da rede e continua o problema das fugas de água. O aumento da fatura anual da água em 17% e do tratamento de águas residuais em 5% relembra-nos como seria importante que toda a rede em alta e em baixa fosse operada pelos serviços municipalizados, isto sim é tática. Este é mais um alerta para a necessidade de não ceder mais rede às Águas de Portugal. Estes documentos põem em evidência o fiasco de 12 anos de gestão num setor estratégico para a qualidade de vida e defesa do ambiente e do desenvolvimento, e isto sim é tática. Um conselho de administração e uma Câmara que se mantém incapazes de levar por diante ao ritmo necessário o que Leiria precisa. Portanto, a nossa avaliação mais uma vez é negativa. Obrigada!”

Intervenção do senhor deputado **Ricardo Gomes – PS**

Transcrição:

Cumprimentou todos os presentes.

"A minha intervenção tem a ver com o Relatório de Gestão de 2020.

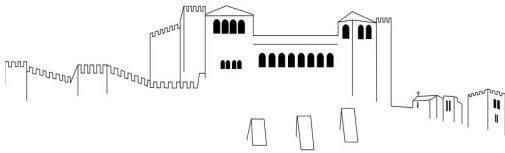
Em primeiro lugar gostaria de realçar a forma (exemplar) como os SMAS de Leiria estão a dar resposta à pandemia COVID-19: assegurando um serviço fundamental, como é o caso do serviço público de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais no concelho de Leiria.

-- De realçar ainda a forma como o relatório de atividades realizadas durante o ano 2020 nos foi apresentado: relatório esse que descreve de forma detalhada e clara as principais atividades realizadas em cada Divisão dos SMAS, bem como a evolução de cada um dos indicadores de desempenho definidos pela Entidade Reguladora (ERSAR).

Três (3) aspetos a destacar no relatório de atividades:

1º. Saldo de Gerência:

- *Ao longo dos últimos 10 anos foi investido nas redes de água e saneamento mais de 43 M € (com recurso a fundos comunitários e a autofinanciamento).*
- *Só no ano de 2020 o volume de investimentos atingiu o valor de 5,5 M € (+ 1,5 M € que em 2019).*



Município de Leiria Assembleia Municipal

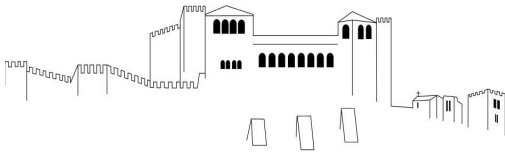
- *O resultado líquido do exercício de 2020 (ou seja, a diferença entre as Receitas/Despesas) foi de 2,9 M € e o saldo de gerência que transita para o ano de 2021 foi de 8 M €.*
- *Esta verba está incorporada no orçamento de 2021 e no Plano Plurianual de Investimento para fazer face aos compromissos já assumidos (relacionados com obras que estão a decorrer, e cujos pagamentos ainda não foram efetuados) mas também para fazer face às reservas necessárias ao lançamento de novas obras (para a remodelação das redes de água mais antigas e a conclusão da rede de saneamento, que atualmente se encontra com uma percentagem de cobertura próxima dos 95%).*

2º. Água não faturada:

- *O ano de 2020 foi um ano excepcional face à situação pandémica, o que influenciou a atividade nos SMAS (à semelhança de outros setores de atividade económica).*
- *Se por um lado, permitiu acelerar o processo de transição digital.*
- *Por outro, a colocação de equipas em espelho reduziu a capacidade de resposta a situações de avarias, aumentando o tempo médio de reparação das mesmas, o que se traduziu no aumento de água não faturada.*
- *Este indicador passou de 34% em 2019 para 36% em 2020.*
- *No entanto, há que realçar que estes resultados mostram o esforço que tem vindo a ser feito desde 2014, data em que se registou o valor mais elevado de perdas (cerca de 42%). Desde então, verificou-se um esforço contínuo para redução progressiva das perdas de água, sendo que, em 2019 já se situavam em 34% (redução de 8%).*
- *Este procedimento de redução de perdas não foi possível continuar em 2020 pelas razões já expostas, e que estão relacionadas com a necessidade de assegurar os serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento num contexto de pandemia, mas que se espera que venha a ser retomado já em 2021.*

3º. Tarifas de água:

- *As tarifas dos serviços de água e saneamento foram atualizadas em 2015 de acordo com as recomendações da Entidade Reguladora (ERSAR);*
- *Desde então não houve alterações ao tarifário;*
- *O peso do encargo médio com os serviços de água no rendimento médio disponível por agregado familiar tem vindo a diminuir desde 2015, tal como reportado no indicador de desempenho da ERSAR: Acessibilidade Económica: (O encargo com a água: reduziu de 0,41% (2015) para 0,36% (2019) – cluster 0,38%. O encargo com o saneamento: reduziu de 0,43% (2015) para 0,35% (2019) – cluster 0,33%);*



Município de Leiria Assembleia Municipal

- *Destaco ainda o facto da "fatura da água" incluir o preço associado à prestação de três tipos de serviços (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos) e ainda a taxa de recursos hídricos.*
- *Para que o cliente tenha uma maior perceção do preço de cada um dos serviços prestados, ao invés de uma única fatura, seria recomendável a separação das faturas da água, do saneamento e dos resíduos sólidos urbanos.*

Muito obrigado!"

Intervenção do senhor deputado **Pereira Melo – PSD/MPT**

Transcrição:

"Parece que contrariamente ao Governo Socialista, em que faz dívidas como fez o Eng^o Sócrates, que depois o PSD através da troika programada pelo PS teve que cobrir, aqui em Leiria é o contrário. O PSD na realidade fez um estádio, se não tivesse feito neste momento a Câmara Municipal teria mais de 130 ou 140 milhões de euros em caixa, porque não fez mais obra, e todos os anos nos últimos 12 anos a Câmara efetivamente promete, promete, ganha eleições e depois desliza, não cumpre, não tem capacidade para realizar e as críticas têm que ser as mesmas porque o comportamento da Câmara é o mesmo, não podemos criticar. Quando o PSD dá ideias de qualquer coisa não é possível realizar-se, quando se dá ideias de mobilidade não é possível realizar-se, portanto, acho muito estranho isto. Indo para o ponto 2.2 - Relatório de Contas Serviços Municipalizados a situação é muito semelhante. Continuamos a ter dinheiro a mais, taxas a mais, as famílias mesmo em ano de pandemia continuam a pagar taxas elevadas, os compromissos anuais nunca se sabe quais são porque estamos com compromissos de há uns anos como condutas de fibrocimento, como esgotos ainda por tratar e temos uma perda elevada de água, 30%. Efetivamente senhor Presidente, o que se verifica é que as nossas críticas têm de ser iguais porque os problemas são iguais. 12 anos não serviram para nada. E começo agora, eu que fui contra o estádio, na altura não estava no PSD, mas fui contra e começo a pensar para mim, olha, finalmente fez-se um estádio porque senão tínhamos um cofre imenso de dinheiro e Leiria continuava até sem o estádio. Portanto senhor Presidente, nós vamos votar contra o que está aqui. No ponto 2.2 o PSD vota contra. Tenho dito!"

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**

Relativamente a este assunto disse não ter muito a acrescentar pois as críticas também já são repetidas. Afirmou existir um esforço muito grande do SMAS, neste ano em particular de 2020 em que tiveram limitações no que diz respeito ao normal funcionamento de muitos dos seus piquetes, mas nunca ficou em causa a qualidade, a segurança e o fornecimento de água e os serviços prestados pelo SMAS, em que muitos Leirienses estavam em casa e os serviços, com uma equipa reduzida, mas altamente



Município de Leiria Assembleia Municipal

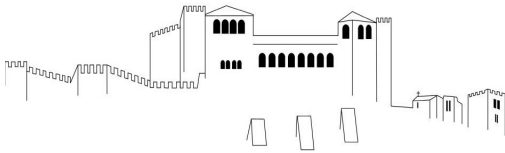
competente, não faltou à chamada durante esse período. No que diz respeito ao desempenho na área do investimento recordou que o investimento nesta área está a ser feito nas freguesias que ainda não têm o saneamento completo, freguesias essas cujas populações reclamam há muitos anos para que esse investimento seja feito. Afirmou que os ritmos de execução não são os desejados em virtude também daquilo que é a falta de mão de obra, o aumento dos preços da matéria-prima e também a crise resultante da pandemia, nomeadamente as limitações de construção. Referiu ainda terem tido funcionários de empresas que tiveram vírus e tiveram de ficar isolados, o que comprometeu a realização das intervenções. Concluiu dizendo que, no cômputo geral de 2020, o SMAS alcançou os seus objetivos e por isso, da sua parte, merece o seu elogio e um voto de confiança para os próximos anos podendo desempenhar o serviço de saneamento, de fornecimento de água, mas mais do que isso. Afirmou que vai ser cada vez mais o braço armado do ambiente da Câmara de Leiria, com desafios novos que poderão contribuir para ultrapassar deficits ambientais de dezenas de anos, de décadas de anos sendo por isso chamado a trabalhar em novas áreas de trabalho para resolver problemas ambientais profundos do concelho.

O senhor **deputado Pedro Pimenta** solicitou um pedido de esclarecimento relativamente à votação do ponto anterior, em que foram contabilizados 8 votos contra. Afirmou que tendo em conta que o PCP terá votado contra, 2 elementos do CDS-PP votaram contra, ele próprio votou contra e do PSD votaram sete deputados, pensa que o total perfaz cerca de 11 votos contra tendo apenas sido contabilizados 8. Questionou se seria possível confirmar a presença dos deputados municipais presentes para uma votação correta.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, enunciou os votos contra que tinham sido contabilizados pela Mesa sendo que pertenciam a Joana Cartaxo, Fábio Joaquim, Fábio Bernardino, Pedro Pimenta, Pereira de Melo, Fernando Mota Tavares e Margarida Castelão.

O senhor **deputado António Pereira de Melo** acrescentou que deveria ter também José António Silva ao que o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, respondeu que não quer dizer que não tenha votado, no entanto, e como foi pedido anteriormente aos líderes de cada grupo municipal face aos condicionalismos da sessão que ajudassem na contagem de votos dentro de cada grupo, solicitou ao líder do Grupo do PSD/MPT ajuda na referida contagem.

O senhor **deputado Pedro Pimenta** sugeriu que fosse efetuada a chamada dos deputados da bancada do PSD/MPT para esclarecimento de qualquer dúvida. O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, referiu que se os senhores Secretários da Mesa não vêm as pessoas e o líder de bancada



Município de Leiria
Assembleia Municipal

não lhes comunica quem vota não podem fazer as coisas por silogismo. Disse ainda que se as pessoas ainda estão presentes devem pronunciar-se, nomeadamente os senhores deputados José António Silva e Ilídio Fernandes. Dado que não houve resposta por parte dos referidos deputados foi decidido efetuar nova chamada tirando daí as respetivas consequências. **O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, dirigindo-se ao senhor deputado Pedro Pimenta, esclareceu que se a votação tivesse indecisa teriam de demorar o tempo que demorasse e fazer uma chamada. Não havendo qualquer dúvida sobre o sentido de voto em termos de aprovação ou não facilita-se um pouco em relação a isso. No entanto, disse não poder tirar conclusões à partida sem ver um braço no ar ou sem confirmar. Continuou dizendo que segundo as pessoas a quem compete fazer a contagem os dois deputados acima referidos não se encontram presentes. O senhor **deputado António Pereira de Melo** disse que a sua única dúvida era referente a Ilídio Fernandes

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, afirmou que para cumprir o regimento como as pessoas são todas obrigadas a votar, a Mesa devia, inclusivamente, contar os votos a favor. Assim, deu indicação para que se fizesse uma nova chamada, o que permitirá saber quem está presente, o que não quer dizer que esteja na próxima votação. A senhora **2.ª secretária da Mesa, Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra**, efetuou nova chamada. Após a votação, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, afirmou estar explicado o porquê de faltarem votos ao PSD/MPT uma vez que faltam os senhores deputados Ilídio Fernandes, José António Silva e Rosa Pedrosa. O senhor **deputado Pedro Pimenta** agradeceu a justificação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 2.2** à votação.

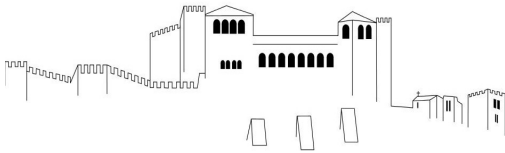
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria com 8 votos contra**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao ano de 2020**.

Ponto 2.3 - Prestação de contas e Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre 2020 do Teatro José Lúcio da Silva - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

Intervenção do senhor deputado **Pereira de Melo** – PSD/MPT

Transcrição:



Município de Leiria
Assembleia Municipal

"Se bem que em nosso entender a pandemia tenha sido a principal causa de uma má performance em termos económicos que conduziu a um prejuízo de 67.653 euros na gestão do Teatro José Lúcio da Silva julgamos que não foi a causa única para tal prejuízo. Analisando o gráfico que representa os resultados líquidos dos anos anteriores verificamos que desde 2018 este tem vindo a piorar a um ritmo que a manter-se o tipo de gestão definitivamente implicaria um resultado negativo em 2020. Concordamos que a presente situação tenha sido verdadeiramente anormal, mas estamos em crer que o mal já vinha de trás. A pandemia apenas agravou resultados de uma deficiente gestão. A gestão do Teatro José Lúcio da Silva durante este mandato do PS tem vindo a piorar, como se pode concluir pelo gráfico apresentado e tudo indica que o resultado negativo. Apareceria mesmo sem existir pandemia, pelo que o PSD vai votar contra este ponto. Tenho dito!"

Intervenção do senhor deputado Acácio de Sousa – PS

Transcrição:

"O que a oposição quer do TJLS é que procure o lucro ou que não dê prejuízo não justificável, prestando um serviço público?

Desde há 4 anos que isto vem sendo falado, mas sempre insistido, sem se perceber bem. Pelo menos, uma coisa é certa, a clareza das contas.

Contudo, deverá ser de responder se o TJLS cumpre ou não aquilo para que foi criado e existe? É um equipamento de democratização cultural ou não? É bem gerido face aos objetivos que tem ou não?

Se não, agradecemos que apontem claramente onde falha para se ver onde poderá haver uma intervenção corretora.

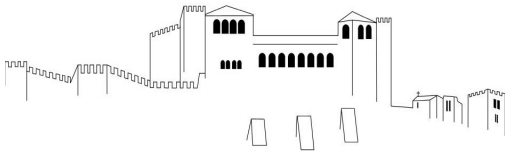
O que está mal na programação? É popular demais? É só para nichos eruditos? Não cumpre no apoio ao associativismo, às escolas? Gostaria de ouvir claramente um resposta, porque se houver alternativas válidas até poderão corretoras.

São caras as entradas?! São demasiado baratas?

Francamente, parece-me que a resposta a todas estas preocupações está, de facto, nos objetivos e na atuação do TJLS.

Voltamos a falar em covid, pois é impossível escamoteá-lo, sobretudo para o ano transato. O deficit tem a ver com muito menos atividade; a queda do número de público que passou de cerca de 83700 em 2019 para cerca de 25000, em 2020; a gratuidade nas poucas iniciativas que se puderam realizar; menos mecenato; menos alugueres de sala; o que justifica a quebra da faturação de um ano para o outro em cerca de 1.025.000€.

Em contrapartida, apesar de todas as adversidades, não aconteceram despedimentos e 8 contratos foram mesmo renovados.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Há também alguma crítica em relação a isto?

Dá assim para perguntar se 67.600€ de deficit, como resultado do exercício, é má gestão ou um notável custo social que, assim sendo, não representa prejuízo? É, de facto, um custo social claramente justificado."

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Boa noite a todos novamente, Bom, eu aqui vou ser muito sucinta porque não tenho muito tempo e ainda tenho algumas intervenções para fazer, mas não queríamos deixar, de facto, de dizer aqui que consideramos sim aqui que o impacto da pandemia esteve claramente a condicionar a atividade cultural em geral ligada aos espetáculos. Obviamente que isto é impactante naquilo que é a ação do Teatro José Lúcio da Silva, ainda assim, e já viemos também aqui dizer, tendo havido uma melhoria na gestão do Teatro João José Lúcio da Silva, ainda assim, achamos que, de facto, aqui é resultante da questão da pandemia. Muito obrigada!"

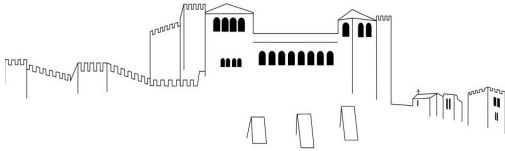
Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

Afirmou que as contas do Teatro foram efetivamente as contas do universo municipal mais prejudicadas pela pandemia, não havendo dúvidas sobre esse assunto. Mesmo assim, todos os colaboradores do Teatro José Lúcio estiveram envolvidos não na atividade cultural, mas na atividade de combate à pandemia. Disse terem sido mobilizados para as mais diversas tarefas, desde a entrega de máscaras e viseiras até à logística do estádio de Leiria e, por isso, as despesas que se mantiveram, nomeadamente de recursos humanos, foram utilizadas nas operações que tiveram de combate à pandemia e, por isso, a eles também se deve muito do sucesso alcançado na sua estratégia. Por outro lado, referiu que a atividade cultural paralisou por completo, portanto, tudo o que era dinâmica de receitas ficou totalmente comprometida p que faz com que o resultado negativo esteja de certa maneira associado a esta pandemia.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 2.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 7 votos contra e 1 abstenção**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Prestação de contas e Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre 2020 do Teatro José Lúcio da Silva**.

Ponto 2.4 - Documentos de Prestação de Contas Consolidadas - 2020 do Grupo Autárquico do Município de Leiria - Apreciação, discussão e votação;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

Intervenção do senhor deputado **Pereira de Melo – PSD/MPT**

Transcrição:

"Tratando-se de um documento que reúne fundamentalmente as contas do Município, dos SMAS e do Teatro José Lúcio da Silva, já discutidos nos pontos 2.1, 2.2 e 2.3 e nos quais o PSD votou negativamente, consideramos que apenas podemos tomar igual atitude nas contas consolidadas do grupo autárquico, isto é, votar negativamente. Tenho dito!"

Intervenção da senhora deputada **Telma Curado – PS**

Transcrição:

"Boa noite novamente.

A prestação de contas consolidadas está em linha de conta com as contas individuais, espelha um trabalho árduo, vontade em continuar a fazer acontecer, vontade de ir mais além em defesa dos cidadãos e de Leiria. Obrigada!"

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 2.4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 8 votos contra**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente aos **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas - 2020 do Grupo Autárquico do Município de Leiria**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

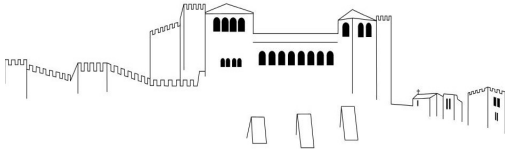
"A declaração de voto vai no sentido de poupança de tempo, peço desculpa, mas pronto. Por apreciarmos negativamente a gestão de 2020 do Município e dos SMAS obviamente que tivemos de apreciar negativamente as contas consolidadas e, portanto, daí o nosso voto contra. Obrigada!"

Ponto 3 - Juntas de Freguesia

Ponto 3.1 - Adenda ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Leiria e Doze Freguesias do Município tendo em vista a instalação e funcionamento de Espaços do Cidadão - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o Ponto **3.1** à votação.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Adenda ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Leiria e Doze Freguesias do Município tendo em vista a instalação e funcionamento de Espaços do Cidadão**.

Ponto 3.2 - Retificação ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Leiria e doze freguesias do Município tendo em vista a instalação e funcionamento de Espaços do Cidadão - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o Ponto **3.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Retificação ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Leiria e doze freguesias do Município tendo em vista a instalação e funcionamento de Espaços do Cidadão**.

Ponto 3.3 - Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração do Apoio para as despesas correntes - Apreciação, discussão e votação;

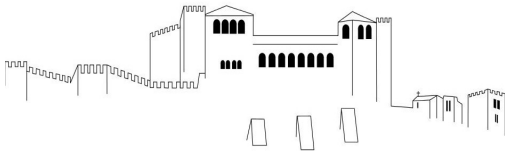
O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 3.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração do Apoio para as despesas correntes**.

Ponto 3.4 - Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração do Apoio para as despesas de capital – Freguesia de Coimbra - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 3.4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração do Apoio para as despesas de capital – Freguesia de Coimbra**.

Ponto 3.5 - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e as Freguesias/União das Freguesias no âmbito da execução de obras diversas - 3.ª Adenda - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 3.5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e as Freguesias/União das Freguesias no âmbito da execução de obras diversas - 3.ª Adenda**.

Ponto 3.6 - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e as Freguesias/União das Freguesias para a promoção de desenvolvimento sustentável - Apreciação, discussão e votação;

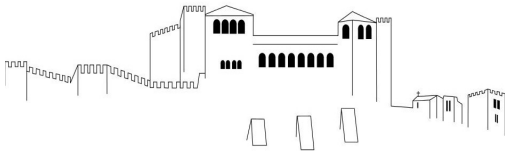
O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 3.6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e as Freguesias/União das Freguesias para a promoção de desenvolvimento sustentável**.

Ponto 4 – Áreas de Reabilitação Urbana

Ponto 4.1 - Projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) das Cortes - Apreciação, discussão e votação;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu que qualquer um dos pontos 4 é referente à abertura do processo sendo por isso uma formalidade. Disse ainda que os pontos irão ser presentes em reuniões da Assembleia seguintes para depois poderem ser debatidos de uma maneira mais profunda.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) das Cortes**.

Ponto 4.2 - Projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Barreira - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Barreira**.

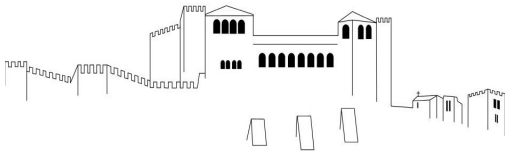
Ponto 4.3 - Promover a reabilitação urbana da cidade de Leiria na zona dos Capuchos e Estação através de elaboração de projetos de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) - Apreciação, discussão e votação;

PONTO RETIRADO

Ponto 4.4. - Promover a reabilitação urbana dos núcleos de interesse histórico e patrimonial de Monte Real e da Maceira através da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) - Apreciação, discussão e votação;

PONTO RETIRADO

Ponto 4.5 - Projeto de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Arrabalde D'Aquém - Apreciação, discussão e votação;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 4.5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Projeto de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Arrabalde D'Aquém**.

Ponto 5 - Correção do limite administrativo entre os concelhos de Leiria e Ourém – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Correção do limite administrativo entre os concelhos de Leiria e Ourém**.

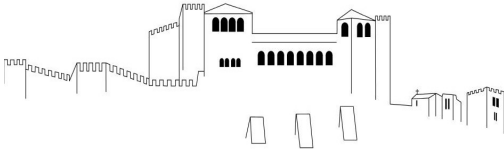
Ponto 6 - Regulamento do Fundo Municipal de Emergência Social – prorrogação da suspensão da aplicação do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento do Fundo Municipal de Emergência Social - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Regulamento do Fundo Municipal de Emergência Social – prorrogação da suspensão da aplicação do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento do Fundo Municipal de Emergência Social**.

Ponto 7 - Plano Estratégico Municipal da Cultura para o Concelho de Leiria – 2020-2030 - Apreciação, discussão e votação;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, mencionou a receção de uma recomendação por parte do PCP referente a este ponto, texto que passou a ler.

Transcrição:

Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. senhores deputados da Comissão de Líderes,

Ao abrigo da alínea 1 do Artigo 34º do Regimento da Assembleia Municipal e tendo em conta que a nossa participação na sessão de hoje será realizada em formato não presencial, enviamos por esta via a nossa recomendação de retirada do Ponto 7 agendada no Período da Ordem do Dia, dirigindo a mesma à mesa na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, com o seguinte conteúdo:

Se o Plano Estratégico Municipal da Cultura para o Concelho de Leiria é peça fundamental no processo da candidatura a Capital Europeia da Cultura e se, como nos dizem, os órgãos internacionais competentes para a aprovar relevam como essencial a unanimidade na decisão no seio dos órgãos que o elaboram e aprovam, então seria de esperar que a maioria ouvisse as forças políticas representadas na Assembleia Municipal para as manter informadas e para recolher os contributos que elas tivessem para dar, em momento prévio à aprovação da proposta a submeter à Assembleia.

Seria, até, ato dignificador do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição.

Não tendo sido isso o que aconteceu e porque também para nós é importante chegar a bom porto, isto é, a uma plataforma de entendimento comum que sirva com eficácia os interesses da população do concelho, apresentamos a seguinte proposta:

- 1. Retirar este ponto;*
- 2. Fazer uma reunião urgente, na próxima semana, com os partidos para recolher propostas e harmonizar posições;*
- 3. Levar à Câmara, que reunirá, ordinária ou extraordinariamente conforme o calendário das suas reuniões, para proceder às alterações à proposta de Plano;*
- 4. Trazer de novo à Assembleia Municipal que reunirá em sessão extraordinária o mais brevemente possível para aprovar.*

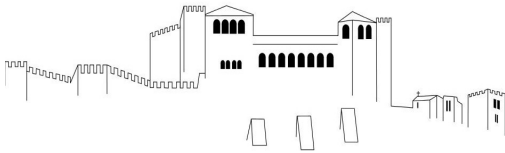
Ficaremos a aguardar uma resposta, estando ao dispor para qualquer esclarecimento adicional necessário.

Com os melhores cumprimentos,

Joana Cartaxo

Grupo Municipal PCP"

Após a leitura do documento, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, disse concordar com a opinião da senhora deputada Joana Cartaxo no que diz respeito ao fato de não ter havido cuidado de os



Município de Leiria Assembleia Municipal

chamar / informar para debater previamente o assunto, o que se traduz no incumprimento do Estatuto do Direito de Oposição. No entanto, disse não ter sido isso que lhe constou pois na altura ter-lhe-ão dito que houve uma reunião de líderes onde provavelmente a senhora deputada não esteve presente. Afirmou que certamente alguém irá dizer isso com mais fundamento. Continuou dizendo que, como todos sabem, quem pode retirar os pontos é quem os coloca e quem os colocou foi a Câmara Municipal dando por isso a palavra ao senhor Presidente da Câmara, ou a quem ele delegar, para dar a sua opinião sobre o assunto.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**

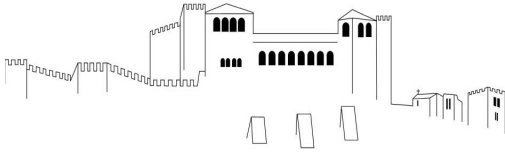
Referiu ter sido com alguma surpresa que nesta fase, neste momento, depois de quase um ano de planeamento deste documento, onde foram mobilizados não só os agentes culturais, mas em especial também todas as forças políticas, para a importância de debater este documento, que é um documento vital para o sucesso da candidatura, onde a união em torno dele e a sua participação é fator decisivo. Disse que chegar a esta fase, depois de tanto trabalho, depois de reuniões com todos os partidos, para as quais a CDU também foi convocada, mas pelos vistos não terá recebido o e-mail. Admitiu que possam ter existido falhas e que possam averiguar essa situação. Afirmou que ser confrontado com um e-mail sabendo-se que a aprovação por unanimidade é fator decisivo de sucesso para algo em que estão a investir intensamente nesta candidatura e usar este tipo de recomendação, não vê outra solução, pois acha que existem coisas muito importantes para o futuro, senão retirar o ponto e pedir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que agende uma reunião extraordinária de modo a que até lá se possam recolher os contributos do Partido Comunista que nesta fase ainda quer dar o seu contributo. Deixou o desafio que o façam chegar, oficialmente, à Câmara Municipal, em especial ao seu gabinete, para que possa depois ser avaliado pela senhora Vereadora da Cultura e assim poderem incluir as propostas que vão ser submetidas, de modo a garantir a unanimidade do documento, fator decisivo para o sucesso da candidatura

PONTO RETIRADO

O senhor **1º secretário da Mesa, José da Silva Alves**, em substituição do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, confirmou a retirada do ponto 7 e disse que depois a Câmara agendará como deverá ser o encontro com os líderes e marcar-se-á a Assembleia extraordinária.

A senhora **deputada Joana Cartaxo** questionou se podia fazer uma intervenção sobre o ponto. O senhor **1º secretário da Mesa, José da Silva Alves**, em substituição do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, respondeu que o ponto foi retirado.

A senhora deputada Joana Cartaxo referiu apenas pretender agradecer a atitude positiva que foi finalmente tida, confessando até estar bastante surpreendida com ela, uma vez



Município de Leiria
Assembleia Municipal

que era esta atitude democrática para um Plano Municipal de Cultura, um pilar para esta candidatura. Agradeceu a abertura dada.

Ponto 8 - Entradas gratuitas no Castelo de Leiria de 22 de maio a 31 de julho de 2021 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O senhor **1º secretário da Mesa, José da Silva Alves**, em substituição do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, colocou o **Ponto 8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente às **Entradas gratuitas no Castelo de Leiria de 22 de maio a 31 de julho de 2021**.

Ponto 9 - Vouchers Turísticos de Leiria para 2021 – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O **senhor 1º secretário da Mesa, José da Silva Alves**, em substituição do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, colocou o **Ponto 9** à votação.

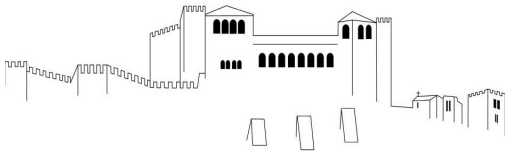
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente aos **Vouchers Turísticos de Leiria para 2021**.

Ponto 10 – Minuta da Primeira Modificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Leiria nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O senhor **1º secretário da Mesa, José da Silva Alves**, em substituição do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, colocou o **Ponto 10** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Minuta da Primeira Modificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Leiria nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas**.



Ponto 11 - Concessão do direito de uso privativo de diversos espaços integrados no domínio público do Município de Leiria, por procedimento de hasta pública - Autorização prévia da Assembleia Municipal da concessão e suas condições gerais, autorização de abertura do procedimento e aprovação das peças - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 11** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente a **Concessão do direito de uso privativo de diversos espaços integrados no domínio público do Município de Leiria, por procedimento de hasta pública - Autorização prévia da Assembleia Municipal da concessão e suas condições gerais, autorização de abertura do procedimento e aprovação das peças.**

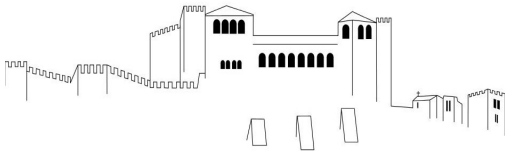
Ponto 12 - GE/2021/17: Simon Paul Jones - Pedido de reconhecimento de Interesse Público Municipal - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

"Sr. Presidente, eu vou ser bastante breve. Este assunto havia várias considerações a tecer, acho que já teci todas. Só gostaria de chamar a atenção, e é só o que irei fazer, chamar a atenção de todos os meus colegas deputados. Nós, neste ponto em concreto, estamos a votar uma declaração de interesse público municipal a um turismo rural, um alojamento local, em Monte Real, para a legalização dos muros e de uma piscina. Isto é desvirtuar por completo todo o conceito que deverá revestir uma declaração de interesse público municipal. Ainda por cima com argumentos que são usados que os requerentes são de nacionalidade inglesa, o que poderá atrair, quer dizer, tudo isto me parece, eu não queria usar uma expressão desagradável, mas parece-me um pouco tacanho, quer dizer, nós estamos numa Assembleia Municipal a tentar legalizar uma vivenda onde um casal explora um turismo rural e quer ter uma piscina e uns muros. E, nesse sentido, eu não vejo outra alternativa que não seja votar contra. Não tenho nada contra o turismo rural



Município de Leiria
Assembleia Municipal

em Monte Real. Percebo perfeitamente o parecer da presidente da Junta de Freguesia, agora, penso que a nível de dignidade desta Assembleia e a nível de dignidade do que é o interesse público municipal, devemos todos repensar como é que é possível uma proposta destas chegar aqui nesta instância. Tenho dito!"

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, aproveitou para dizer que é Monte Redondo e não Monte Real.

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Relativamente a este pedido, portanto, o que nós consideramos que seja de interesse municipal ou interesse público municipal é, de facto, preservar a REN, portanto, a Rede Ecológica Nacional. Isso sim é que é o interesse público municipal, portanto, equipamentos destes podem ser construídos, obviamente, e realizados nas áreas rurais e não integradas na REN. Portanto, não consideramos que haja aqui qualquer interesse municipal suficientemente relevante para que seja desanexada da REN, o que há é a defesa de interesses particulares que se sobrepõem ao interesse público para mal de Leiria, uma realidade imposta pelos partidos de política de direita, como já aqui vimos alguns exemplos. Muito obrigada!"

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo – PSD/MPT

Transcrição:

"Votar este ponto é difícil na medida em que ele não está documentado, não tem mapas, não tem nada, tem apenas uma declaração da senhora Presidente da Junta. Quando votámos os pontos anteriores do interesse público aparecia um mapa, apareciam justificações, aqui não, tem apenas um mapa que diz que há uma família de 3 pessoas que tem uma casa, uma vivenda, e que quer o interesse público. Qualquer dia temos os Leirienses todos a pedir o interesse público das suas casas. Portanto, como diz o colega Manuel Azenha isto não tem justificação considera-lo de interesse público. Portanto, não sei porque é que a pessoa está a pedir este interesse público, será para a desanexar da Reserva Agrícola? Aqui o PSD não tem informação suficiente pelo que vai abster-se."

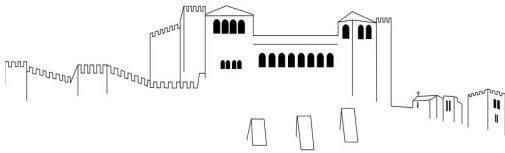
Intervenção da senhora Secretária da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira – Lina António

Transcrição:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e todos aqueles que nos acompanham a partir de casa.

A Junta de Freguesia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira considerou em reunião de 12 de abril de 2019 o empreendimento que agora aqui se analisa como



Município de Leiria Assembleia Municipal

sendo um espaço de enorme relevância para a promoção do turismo rural no território da nossa Freguesia e do próprio Concelho.

O espaço em causa, onde já existiam, antes da ampliação e construção da piscina, construções antigas e afetas à agricultura, sector de grande relevo para a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, confere àquela zona uma mais-valia para a valorização local. A adaptação do espaço para a promoção do Turismo Rural é, para a Junta de Freguesia, uma mais-valia, considerando a proximidade do nosso território a outros pontos de interesse turístico da nossa Região.

As construções em causa, bem como as atividades que o requerente pretende promover, nomeadamente no que respeita ao incremento da ruralidade da nossa Região, em nada afetam o ecossistema local mas permite antes uma organização do espaço de forma orientada e uma manutenção assídua das linhas de água envolventes. O uso que agora se propõe para o espaço melhora de forma consistente a envolvente local e preserva a rusticidade das operações urbanísticas do nosso território.

Consideramos fundamental a valorização do património local com a criação de novos usos para edifícios antigos, sendo, na nossa perspetiva, o meio mais correto e equilibrado em termos ambientais para o restabelecimento da paisagem a opção que promove o turismo local. É, sem dúvida, uma das formas mais elevadas para o desenvolvimento e coesão territorial.

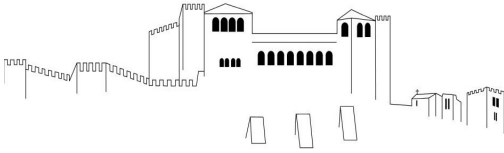
Esta reorganização do espaço que hoje aqui se discute em nada fere os pressupostos da Rede Ecológica Nacional. Aliás, muito pelo contrário, permite a defesa da envolvente local e uma manutenção devida do espaço.

Assim, por estes motivos, considera a Junta de Freguesia que o empreendimento em causa é de interesse público municipal.

Obrigada!"

Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes

Referiu que como tem sido habitual, e não é uma situação recorrente como muitas vezes se tenta transmitir, são situações que quando são apresentadas junto da Câmara Municipal são analisadas através de uma matriz que classifica a intenção de ser reconhecido este interesse municipal e que cabe à Assembleia e depois à CCDR validar este pedido de alteração. Disse estar-se a falar de um investimento que foi feito por um estrangeiro, ou seja, investimento estrangeiro, mas não é isso que vai fazer com que seja valorizado na classificação. Afirmou ter tido a oportunidade de falar com a pessoa em causa, pessoa que fez um investimento enorme na aquisição da propriedade e que foi confrontado com um conjunto de limitações, de leis e de urbanismo que não são iguais ao do país dele. Disse ser um fator que não pesa na decisão dos técnicos, mas que a si, pessoalmente, quando falou com ele relevou. Afirmou que o proprietário, estando



Município de Leiria Assembleia Municipal

empenhado em valorizar a casa para fins turísticos, fez um conjunto de intervenções com o objetivo de a tornar habitável a turistas. Relativamente às questões que correspondem a pequenas áreas da propriedade confirmou que apenas algumas tocam em Reserva Ecológica, competindo-lhes a eles avaliar este pedido. Esclareceu não se estar a falar de um campo de golfe, mas sim de uma estrutura de turismo rural, com estruturas relativamente reduzidas e cujo impacto ecológico é mínimo, uma vez que se está a falar de uma propriedade com 4 quartos, não lhe parecendo que haja qualquer tipo de risco para a ecologia ou para qualquer risco em termos ambientais para o sítio onde está instalado. Continuou dizendo que como a atividade necessita de ser legalizada estão a fazer este trabalho de reconhecer que aquela pequena área da reserva pode ser desafetada, algo que já fizeram noutras situações, para que a casa possa vir a ser legalizada e cumprir com aquilo que é o objetivo do promotor que é atrair turistas àquela freguesia, numa zona muito rural, e que permite também afirmar o destino turístico do concelho.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, colocou o **Ponto 12** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 2 votos contra e 9 abstenções**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **GE/2021/17: Simon Paul Jones - Pedido de reconhecimento de Interesse Público Municipal**.

De seguida foram colocados a votação os pontos 2 a 12 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria **deliberado por unanimidade**, a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Artº 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, António José de Almeida Sequeira**, mencionou a retirada do ponto 7 da Ordem de Trabalhos e o agendamento da respetiva reunião extraordinária. Comunicou que reuniria com o senhor Presidente da Câmara para agendarem a nova reunião e que depois seria comunicado a todos os senhores deputados as condições em que a mesma poderia ser efetuada. Voltou a dizer que se encontrava disponível na sala a publicação referente à candidatura de Leiria à Capital Europeia do Desporto podendo os senhores deputados presentes levantar a mesma. Os restantes poderão efetuar o seu levantamento em altura e local a anunciar

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia, encerrada a sessão, eram 00h20 horas.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 3 de setembro de 2021 deliberou **por maioria, com duas abstenções, aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia
António José de Almeida Sequeira

A Técnica Superior
Catarina Isabel dos Santos Clemente